

# Primeira Região

em revista

Veículo informativo do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região - Ano I - n.º 9 - fevereiro - 2011

## CONCURSO PÚBLICO

A busca pela  
estabilidade

**Só no TRF da 1.ª Região foram realizados 13 concursos para juiz federal substituto e cinco para servidores**



### MUTIRÃO

“Judiciário em Dia”  
julga 2,2 mil processos  
em um mês



### ESPECIAL

Decisão abrevia curso  
superior de aprovado em  
concurso



**8 DE MARÇO**  
DIA INTERNACIONAL  
**DA MULHER**

*Um olhar profundo, um sorriso marcante, uma  
graciosidade jamais explicada.*

*Seja na simplicidade de uma guerreira oculta  
da peleja diária, seja no glamour do ser mais  
belo que ostenta encanto, cada mulher é, por si,  
um celeiro de dons inestimáveis.*

*Dom de confortar perante o frágil, de envolver  
com mãos afáveis, de doar o amor mais puro e  
doar-se por inteiro às vidas que oferta à luz.*

*Mas também dom de ser forte, de não retroceder,  
de dizer "não" às injustiças, de se agigantar no  
embate glorioso frente aos alicerces intocáveis do  
equivoco social.*

*Mulheres brancas, pardas, negras, diferentes  
entre si, unidas pelos ideais.*

*Que não se dão por vencidas e não se privam  
do direito de sonhar.*

*Que celebram a liberdade conquistada, sem  
perder a essência de mulher.*

*Que deixam a emoção saltar do peito, mas que  
assumem o controle e a responsabilidade quando  
necessário, sem dar espaço à hesitação.*

*A todas as mulheres que engrandecem esta Corte,  
com sua talentosa contribuição, a Presidência do  
Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região  
deseja um Feliz Dia da Mulher.*

*Desembargador Federal Amílcar Machado  
Presidente em exercício*

## Ao leitor

Integrar os quadros da Administração Pública tem sido um sonho acalentado por milhares de brasileiros, que lotam as salas de cursinhos preparatórios para concursos públicos espalhados por todo o país. O tema mereceu reportagem especial nesta edição de fevereiro, motivada pelo momento vivenciado por muitos e pela própria administração do Tribunal, envolvida em dois grandes certames – um para juiz federal substituto e outro para os demais cargos da área judicial e administrativa da Justiça Federal da Primeira Região. Soma-se a isso a movimentação gerada pela previsão de instalação de mais 19 varas federais a cada ano, até 2014, fator determinante para abordagem da matéria.

Com um concurso de juiz em fase final e outro de servidores prestes a expirar, o tema nos pareceu estimulante para adentrar mais a fundo nesse instituto – o concurso público –, o mais democrático e equitativo meio de acesso ao mercado de trabalho. Na reportagem de Chico Camargo, você vai conhecer um pouco da história dos concursos e histórias de sucesso de pessoas que venceram as barreiras pessoais e da concorrência e conquistaram a tão almejada vaga.

Você verá nesta edição de fevereiro, ainda, a retomada do cronograma de instalação do processo digital (e-Jur) na Primeira Região. Após passar por uma série de ajustes, o e-Jur avança a passos largos e já é uma realidade em mais três seccionais.

Outro destaque desta edição é a palestra que o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso ministrou no plenário do TRF, em Brasília, sobre o tema o Brasil no panorama internacional. O ilustre palestrante deu um show de anos de experiência na vida pública, registrado em detalhes pelo repórter Ricardo Cassiano e eternizado nessas páginas.

De volta, as editorias Ponto de Vista, Artigo, Direto da Rede, Especial Decisões, Panorama Primeira Região e Nossa Língua, esta última, abordando de forma didática e esclarecedora o uso da expressão “presidenta”, tão presente em nossas vidas desde a eleição da primeira mulher para o cargo público mais importante da nação.

Temas como *bullying* e imposto de renda também estão retratados nesta edição, com informações relevantes para o leitor.

E em tempos de definição do orçamento da União, nada como ouvir quem entende do assunto. Você acompanha a entrevista com o diretor da Secretaria de Planejamento e Orçamento e Financeiro (Secor), Carlos Frederico.

Ivani Morais

Chefe da Assessoria de Comunicação Social do TRF/ 1.ª Região

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

OLINDO MENEZES - Presidente  
JOSÉ AMILCAR MACHADO - Vice-Presidente  
CÂNDIDO RIBEIRO - Corregedor-Geral

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

TOURINHO NETO  
CATÃO ALVES  
ASSUETE MAGALHÃES  
JIRAIR ARAM MEGUERIAN  
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO  
LUCIANO TOLENTINO AMARAL  
HILTON QUEIROZ  
CARLOS MOREIRA ALVES  
ITALO FIORAVANTI SABO MENDES  
CARLOS OLAVO  
DANIEL PAES RIBEIRO  
JOÃO BATISTA GOMES MOREIRA  
ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE  
SELENE MARIA DE ALMEIDA  
SEBASTIÃO FAGUNDES DE DEUS  
MARIA DO CARMO CARDOSO  
LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA  
NEUZA MARIA ALVES DA SILVA  
FRANCISCO DE ASSIS BETTI  
REYNALDO SOARES DA FONSECA  
ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES  
MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES PACHECO DE MEDEIROS

### Diretor-geral da Secretaria:

Felipe dos Santos Jacinto

### Conselho Editorial:

Secretário-geral da Presidência – Joseny Marques Freire  
Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Morais (Reg. Prof. DF 2747/JP)  
Supervisora da Seção de Produção de Jornal, Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672)  
Supervisora da Seção de Produção Audiovisual, Etiene Gomes de Carvalho (Reg. Prof. 4165 DF)  
Supervisora da Seção de Imprensa, Marília Maciel Costa.

### Editora-Chefe

Ivani Morais

### Editores-Executivos

Gilbson Alencar e Marcela Correia

### Redatores:

Adriana Carvalho, Chico Camargo (Reg. Prof. DF 7350 DF),  
Euvaldo Pinho, Gilbson Alencar (Reg. Prof. DF3658), Juliana  
Corrêa (Reg. Prof. DF 7261), Mara Bessa, Marcela Correia (Reg.  
Prof. DF 6672), Márcia Murça Barroso, Ricardo Cassiano (Reg.  
Prof. DF 3026) e Sônia Martins

### Estagiários:

Clara Shiratore, Fernanda Medeiros, Lécio Luiz, Paula Oda e  
Raissa Capibaribe

### Colaboração:

Supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções  
Judiciárias da 1ª Região

### Revisão:

Márcia Murça Barroso

### Projeto Gráfico e editoração:

Jordânia J. Alves

### Fotos:

Brito Júnior, Euvaldo Pinho, Lécio Luiz, Luiz C. B. Xavier, Mauro  
Putini, Saulo Cruz e Secos da 1ª Região

### Artes Gráficas:

Ricardo Cassiano

### Fotolitos:

Empresa Ryobi Gráfica e Editora

### Impressão:

Gráfica do TRF da 1ª Região

### Tiragem:

1.000 exemplares  
Distribuição eletrônica em toda a 1.ª Região

### Contato:

primeiraregioemrevista@trf1.jus.br

JORDÂNIA J. ALVES



10 | Capa

Concurso Público do TRF da 1.ª  
Região: seleção rigorosa para  
provimento de cargos da magistratura  
e do quadro de servidores

**Acesse [www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)**

Acesse



### Assessoria de Comunicação Social – Ascom

Praça dos Tribunais Superiores  
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3  
CEP: 70095-900  
Fones: (61) 3314.5371/79 Fax: (61) 3226.4985  
e-mail: ascom@trf1.jus.br



BRITO JUNIOR

## 32 Painel

Edifício-Sede I sem riscos de apagão



EUVALDO PINHO

## 52 Por aí

Trilhas de aventura na Ilha do Bananal



INTERNET

## 59 Saúde

*Bullying*: uma realidade próxima de todos

## 6 Entrevista

Carlos Frederico Maia Bezerra, diretor da Secor, revela as dificuldades de gerenciar o tão reduzido orçamento e atender as demandas da Primeira Região, que só crescem

## 18 Processo Digital

Sistema de digitalização processual, e-Jur, é implantado em mais três seções judiciárias

## 43 Por dentro da Lai

Quem deve entregar cópia da Declaração do Imposto de Renda e por quê? A Secre esclarece

## 44 Panorama Primeira Região

Acompanhe os principais acontecimentos nas seções e subseções judiciárias

## 48 Artigo

Juizados Especiais Federais (mutirões e itinerantes)  
Por Tourinho Neto, juiz e coordenador dos JEFs da Primeira Região

## 58 Comportamento

Estabilidade financeira  
Por Shirley Pontes



Sempre às voltas com um planejamento orçamentário complexo, Carlos Frederico conta como é administrar o dia a dia dos escassos recursos do Tribunal e das seções judiciárias

▼ MARCELA CORREIA

Todos nós já ouvimos palavras sobre orçamento público, sobre a verba que não foi liberada porque estava contingenciada (conforme definição do Dicionário Aurélio, contingência é a incerteza sobre se uma coisa acontecerá ou não), ou a afirmação de que não há orçamento para isso ou para aquilo. Orçamento, e principalmente o público federal, é algo de fundamental importância para o país e para o cidadão. A Constituição Federal trata dele com todo cuidado. Tanto é assim, que o Congresso Nacional só entra em recesso de fim de ano depois de votar e aprovar a Lei Orçamentária. É ela quem diz de onde virá o dinheiro e quanto o governo pode gastar, em que e como vai gastar. Assim, o ponto nevrálgico de qualquer órgão da Administração Pública é o setor de planejamento e orçamento. Este é um binômio importante, e decisivo. É o “bolso” que cada ente público tem.

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região também tem o seu “bolso”, e ele está na Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro (Secor). Todos os anos as divisões de Planejamento, de Programação Orçamentária e de Programação Financeira, todas integrantes da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro, cumprem o ritual de esmiuçar a despesa de cada seção judiciária e do TRF. São elas que planejam, distribuem os recursos orçamentários e financeiros, acompanham e avaliam a execução da despesa, além de, com base em inúmeras informações, elaborarem a proposta orçamentária do Tribunal e das seccionais.

Quem responde pela Secor do TRF é Carlos Frederico Maia Bezerra. Um dos primeiros servidores a chegar àquela secretaria. Ele está lá desde novembro de 1989 e, desde abril de 2002, é o principal dirigente da Secor. Portanto, em novembro de 2010, Frederico, como é conhecido no TRF e no meio orçamentário, completou 21 anos de luta diuturna a elaborar o planejamento do Tribunal em busca de uma engenharia que harmonizasse alguns dos anseios por investimento com as – sempre crescentes – despesas correntes da Casa.

Com larga experiência no tema, além de ser formado em Administração e Direito, e pós-graduado em Direito Público, Carlos Frederico nos conta a seguir um pouco do dia a dia de um setor cuja atividade e maestria são de fundamental importância para que magistrados, servidores e jurisdicionados consigam alcançar seus objetivos.

## **R\$ 50 bilhões foi o valor do corte anunciado no orçamento do Executivo para as despesas previstas em 2011. Existe previsão de corte para o Judiciário? Caso haja, de quanto será?**

Os cortes no Orçamento do Judiciário acontecem antes, no processo de elaboração da proposta orçamentária. Quando iniciamos, todos os anos, o planejamento do orçamento das seções judiciárias da 1.ª Região e do Tribunal, fazemos uma consulta às bases (unidades do Tribunal e seccionais) sobre as novas demandas previstas para o ano seguinte com investimentos, aquisições, aditivos contratuais, novos contratos, entre outros. Recebido, todo esse material é analisado e passa por uma triagem. Existem muitos pedidos que por falta de embasamento não podem ter andamento. E outros que no decorrer do ano em curso já foram resolvidos, não havendo necessidade de nova inclusão, no orçamento do ano seguinte. Feita essa análise técnica, começa a ser montada a proposta orçamentária, que segue um longo caminho até sua aprovação.

### **Como é esse trâmite?**

O primeiro passo é o encaminhamento à Secretaria de Orçamento do Conselho da Justiça Federal de uma pré-proposta orçamentária a ser analisada pelos órgãos orçamentários, entre eles a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. É nesse momento que começam os cortes. A Justiça Federal vem crescendo muito. Há grande demanda por serviços terceirizados, reformas, materiais permanentes, informática, e a proposta orçamentária não reflete esse crescimento. Todo ano, quando vamos apresentar a demanda para o orçamento do ano seguinte, essa pré-proposta é severamente cortada. Em que pese todas as nossas justificativas, todas as planilhas detalhando cada novo gasto proposto, o corte é grande, limitando a Justiça Federal da Primeira Região a trabalhar com uma margem quase zero em relação às novas despesas. O Tribunal, por meio da Secor, da Direção-Geral e da Presidência, critica de maneira veemente a forma com que nossa pré-proposta é analisada e os limites inexpressíveis que são destinados para elaboração do orçamento. O segundo passo é fechar a proposta orçamentária den-

tro dos limites definidos. Ajustada, será encaminhada para aprovação do CJF, STJ, CNJ e do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão para que seja consolidada juntamente com todas as propostas orçamentárias da União e encaminhada à apreciação do Congresso Nacional.

O terceiro passo é a tramitação no Congresso Nacional. Nessa fase, a proposta do orçamento da Justiça fica muito exposta. Acontecem cortes na área de investimentos e na parte das despesas de manutenção da máquina, o que é um absurdo. Eu falo em absurdo porque, em razão dos enxugamentos anteriores, já não tem qualquer gordura para sofrer cortes. Contudo, esses cortes acontecem. Só não é pior porque há atuação do Judiciário, com o apoio de todas as áreas envolvidas no processo de elaboração da proposta para que haja um convencimento dos parlamentares de forma que esses cortes não prejudiquem ainda mais o funcionamento da Justiça Federal.

Depois de aprovado o Orçamento da União pelo Congresso Nacional, a Lei Orçamentária é encaminhada para sanção do presidente da República.

No entanto, não estamos livres de bloqueios na dotação aprovada. A Lei Complementar 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, impõe uma regra ao movimento do orçamento ao longo do exercício da seguinte forma: em cinco momentos ao longo do ano, será feita uma análise para saber se a previsão de receita da União está de acordo com o previsto no momento da aprovação do orçamento. Caso a arrecadação da União esteja inferior à previsão, será feito um ajuste na dotação de cada um dos Poderes, que resultará no contingenciamento do orçamento.

### **Quais setores e quais despesas serão atingidos no TRF e nas seções judiciárias?**

Esses cortes que acontecem na elaboração da proposta orçamentária e no contingenciamento do orçamento no decorrer do ano atingem, no final, o jurisdicionado, que é o foco da Justiça. É claro que no final das contas é ele quem paga a conta.

A Justiça Federal, como eu disse antes, vem crescendo muito. A 1.ª Região vem se interiorizando bastante com a implantação de novas varas em regiões de fronteira, no



interior de estados pouco habitados, como na Região Norte, e manter uma estrutura desse porte demanda recursos para investimentos e para manutenção. Acontece que, se o orçamento não respalda esse crescimento, por melhor que se faça, vamos ter subseções e seções deficientes em matéria de instalações e de estrutura de apoio.

É claro que não estamos instalando varas de qualquer forma. Com dificuldade, a equipe orçamentária, juntamente com as áreas de administração das seccionais e do Tribunal, por meio de análise criteriosa dos pedidos e com a experiência adquirida ao longo de todos esses anos, faz uma triagem minuciosa, troca experiências bem sucedidas em outras seccionais e consegue atender aos pleitos que surgem, fazendo com que a máquina da Justiça Federal não pare e continue em expansão.

**Que ações a Secretaria planeja adotar para amenizar o impacto do corte, por exemplo, junto aos dirigentes das secretarias do TRF e seções judiciárias?**

A equipe que compõe a Secretaria, desde o estagiário, passando pelos prestadores, até o servidor mais experiente, tem total dedicação ao serviço, à coisa pública e à incansável tarefa de cuidar bem dos recursos públicos.

Hoje temos dentro das metas estratégicas da Secretaria, encaminhadas à Direção-Geral, a migração do sistema de controle da Execução orçamentária para o sistema Web. Esse sistema, totalmente desenvolvido dentro da Secor, contou com o auxílio somente de um técnico de informática e de um servidor daqui. Hoje controla toda a execução do orçamento das 14 seções judiciárias e do Tribunal. Totalmente desenvolvido em Access, cresceu muito e, por questões de segurança e de aprimoramento, está migrando para a Web, o que agilizará ainda mais a análise das demandas vindas das seccionais e do TRF. Outro projeto estratégico é a mudança na concepção, formulação e elaboração da proposta orçamentária, tornando o processo mais rápido e ainda mais transparente para as seccionais e para o Tribunal. Passaremos a informar qual a base orçamentária que as seccionais e o Tribunal terão para os próximos anos e, em cima dessa base, com justificativas bem fundamentadas, poderão ser acrescentadas demandas pontuais. Teremos assim



“ É claro que no final das contas o jurisdicionado paga a conta ”

um melhor planejamento das ações e uma certeza maior daquilo que será realizado nos anos futuros. Outra demanda estratégica que está em andamento é a implantação de um sistema de custos que vai oferecer maior segurança para o gestor na aplicação dos recursos. Por ser um tema novo para muitos, a Secor vem seguindo uma linha de trabalho de conhecer o que existe sobre esse tema nos órgãos da Administração Pública, disseminar essa ideia dentro do Tribunal, uma vez que envolverá todos os setores, para depois buscar a implantação de um sistema de custo para a 1.ª Região. Mais uma vez a 1.ª Região sai na frente, já que ainda não existe na Justiça Federal sistema de custo, ape-



“

...os recursos aprovados em 2011 atendem a demanda para pagamento das despesas com a folha de pessoal, não tendo previsão para aumento salarial ou para pagamento de diferenças de grande impacto e abrangência.

”

sar de a legislação, há algum tempo, solicitar a utilização. Outro trabalho que também está prestes a ser iniciado é o deslocamento a cada uma das subseções da 1.ª Região para conhecimento *in locu* de suas demandas, seus problemas, realizando um mapeamento minucioso de cada uma dessas subseções. Hoje os pleitos são muitos, vindos das mais de sessenta subseções – chega perto de 100, após todas as instalações previstas na 1.ª Região –, e há necessidade de o Tribunal verificar de perto os problemas e dar uma satisfação a essas unidades.

**De que forma magistrados e servidores podem colaborar para que se obtenha mais eficiência na aplicação do orçamento?**

Fiscalizando. Tudo que temos no Tribunal e nas seccionais é mantido com recursos públicos, recurso de nossos impostos, daquele valor alto que é descontado no final do mês no contracheque, que estão embutidos nos alimentos, nos serviços, e de que tanto reclamamos. O brasileiro, de um modo geral, tem que entender que o recurso público deve ser cuidado tanto quanto cuidamos de nossos próprios. É preciso economizar luz, telefone, fiscalizar se os serviços estão sendo feitos de acordo com o contrato, se não está havendo desperdício de água, de material de expediente. Se todos colaborarem, com certeza teremos economia de despesas em determinados contratos e poderemos estar atendendo à demanda em outros pontos. O que não pode é deixar para o outro fazer o que eu mesmo, da minha parte, posso fazer para contribuir.

Na Secretaria, levamos muito a sério o trato com a coisa pública. Para darmos parecer favorável a qualquer nova despesa é preciso que o pedido esteja muito bem fundamentado, justificado, e explícita a necessidade do serviço. Os pleitos devem ser claros, destacando-se a importância da aquisição e as consequências da não realização, para que, entre os inúmeros pedidos, possamos analisar e priorizar.

**Como o corte orçamentário atingirá o cotidiano do corpo funcional do Tribunal, seções e subseções?**

A Justiça Federal já vive essa realidade há alguns anos. A principal demanda hoje que nos chega é a falta de tercei-

rizados. Acontece que o orçamento já chegou ao limite da capacidade de contratação dessa mão de obra. Absurdamente, hoje temos no Tribunal aproximadamente o mesmo número de servidores e terceirizados. As seções não ficam atrás. Já existem relatórios do Tribunal de Contas da União e do Conselho Nacional de Justiça para que haja uma redução desse quantitativo, só que, a *contrario sensu*, os pedidos para novas contratações só aumentam. E quem está errado? Eu diria que ninguém. Realmente há um excesso de terceirizados e estagiários que em muitos casos fazem as vias de um servidor, adquirem o conhecimento do serviço e depois, com a rotatividade, levam toda essa bagagem embora. Isso é extremamente danoso para a Justiça, é a memória do órgão que não vai existir. Por outro lado, se não contratar, quem é que vai fazer o trabalho? No Tribunal, desde sua criação, em 1988, não há aumento de quadro na área administrativa. Criam-se varas, e os servidores são destinados apenas a preencher o quadro de pessoal delas. E quem é que vai dar a estrutura a essas varas? A única solução para esse problema é o aumento do quadro de servidores, o que já vem acontecendo em vários órgãos do Poder Judiciário, mas que, na Justiça Federal, não acontece e, no final, o problema deságua no Orçamento.

### **O jurisdicionado será atingido, de alguma forma, com o corte no orçamento do Judiciário?**

O jurisdicionado já é atingido com o orçamento limitado. Hoje conseguimos manter uma estrutura muito grande da 1.<sup>a</sup> Região com uma tecnologia de ponta, com serviços funcionando em dia, sem deixar a desejar em nada em relação a outros órgãos, mas poderia ser melhor. Poderíamos melhorar o atendimento direto aos jurisdicionados com melhores instalações físicas, poderíamos acelerar a implantação dos sistemas que estão em desenvolvimento, poderíamos multiplicar os mutirões que hoje existem nos juizados especiais e no próprio Tribunal, só que esbarramos nos nossos limites, que eu diria não só orçamentários, mas de pessoal, da limitação administrativa, da burocracia dos órgãos superiores, etc.

### **Quais os valores destinados no orçamento do TRF**

### **e das seções judiciárias vinculadas para investimento, custeio e pessoal?**

Falar em números seria vago porque precisamos de balizadores para dizer se os valores são altos ou baixos. Mas eu posso adiantar que os recursos aprovados em 2011 para pessoal atendem a demanda do ano para pagamento das despesas com a folha normal de pessoal, não tendo previsão para aumento salarial ou para pagamento de diferenças de grande impacto e abrangência.

Na área de investimentos, estamos com dotação aprovada suficiente para dar andamento à nova fase da obra de construção do edifício-sede do Tribunal, que prevê o levantamento de todos os esqueletos dos dois prédios principais da sala de seções e do plenário; para concluir os edifícios das subseções de Vitória da Conquista /BA, o ed.-sede do Amapá, Cáceres/MT, Rondonópolis/MT, iniciar a construção do ed.-sede de Jequié/BA, entre outros. Temos previsão de crédito para instalação de 19 varas federais, aquisições de materiais permanentes, veículos para as varas federais instaladas em 2010 e diversas reformas previstas nas seções e no Tribunal.

Para custeio da máquina administrativa, estamos com todos os contratos cobertos, necessitando ajustes somente em dois contratos na área de informática. Há previsão para cobertura de reajustes contratuais e para manutenção das novas varas que serão instaladas. Estamos com recursos garantidos para o pagamento das despesas com estagiários, assistência médica, auxílio pré-escolar e alimentação. Com previsão para atender, em parte, a remoção de magistrados, os pagamentos de diárias e passagens, entre outros.

Temos limitações para expandir despesas com novos contratos, assistência jurídica a pessoas carentes e a grande demanda com investimentos, mas posso dizer, de uma forma geral, que, apesar de as dificuldades serem grandes, os desafios, enormes, com muito trabalho, com a dedicação de todos os servidores da Secretaria, dentro de nossa área de atuação, contribuiremos para manter de forma satisfatória os anseios das unidades, e o Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região, na vanguarda da gestão administrativa. ■

# Passar em **CONCURSO PÚBLICO** do TRF da 1.<sup>a</sup> Região é a aspiração de

CHICO CAMARGO

A Constituição de 1988 deu um novo perfil ao Estado brasileiro, principalmente aos poderes executivo e judiciário da esfera federal. A partir dela, novos órgãos públicos surgiram, outros foram modificados e ganharam novas atribuições. Mas todos tinham um ponto em comum: para cumprir suas funções teriam que ter novo corpo funcional ou aumentar o então existente.

No âmbito do Poder Judiciário Federal, o antigo Tribunal Federal de Recursos, por exemplo, foi extinto, tendo suas competências de fundação distribuídas entre dois novos órgãos do Judiciário: o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e os tribunais regionais federais. Além destes, surgiu a Advocacia-Geral da União, e o Ministério Público Federal ganhou novo *status*. No entanto, para cumprir as novas funções, havia a necessidade de ampliar o quadro de servidores. Para isso, deviam observar as normas reguladoras impostas pela nova Carta.

A obrigação está prevista no art. 37, II, da Constituição Federal: “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para

cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”.

Desde então, o concurso público ganhou força, institucionalizou-se, e agora faz parte da cultura nacional, mais intensamente na de Brasília, que, por ser a capital do país, o centro dos Poderes da União, é o local dos concursos, por excelência. Com raras exceções, é ali que estão sediados os principais órgãos públicos, muitas empresas públicas e estatais, além do Congresso Nacional e de todos os entes superiores do Poder Judiciário.

A mídia, ao refletir o senso comum, refere-se a Brasília como a “capital do concurso público”. As oportunidades de emprego oferecidas pela Administração Pública, tanto federal quanto distrital, acabaram por refletir-se em rápido crescimento da população do Distrito Federal. Segundo dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), há 20 anos era cerca de um milhão e 600 mil habitantes. Agora, passa dos 2,5 milhões.

Os bons salários, a estabilidade no emprego e aposentadoria com valores superiores ao que é obtido no setor privado fazem toda diferença. Tudo isso, somado a uma boa

# para ser magistrado ou servidor muita gente

EM 22 ANOS DE EXISTÊNCIA, TRIBUNAL JÁ FEZ 13 CONCURSOS PARA  
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO E CINCO PARA SERVIDORES

qualidade de vida, transforma Brasília num atrativo irrefutável. Assim, não há o que estranhar, o emprego público é a vocação econômica da cidade. A Codeplan aponta o emprego na Administração Pública como um dos maiores responsáveis, direta e indiretamente, ao lado do setor de serviços, pela movimentação da economia do DF. É ele quem dá à Capital o invejado *status* de maior renda por habitante do país.

Assim, cada novo concurso com o edital na praça modifica um pouco a paisagem do Distrito Federal.

## Os concursos do TRF

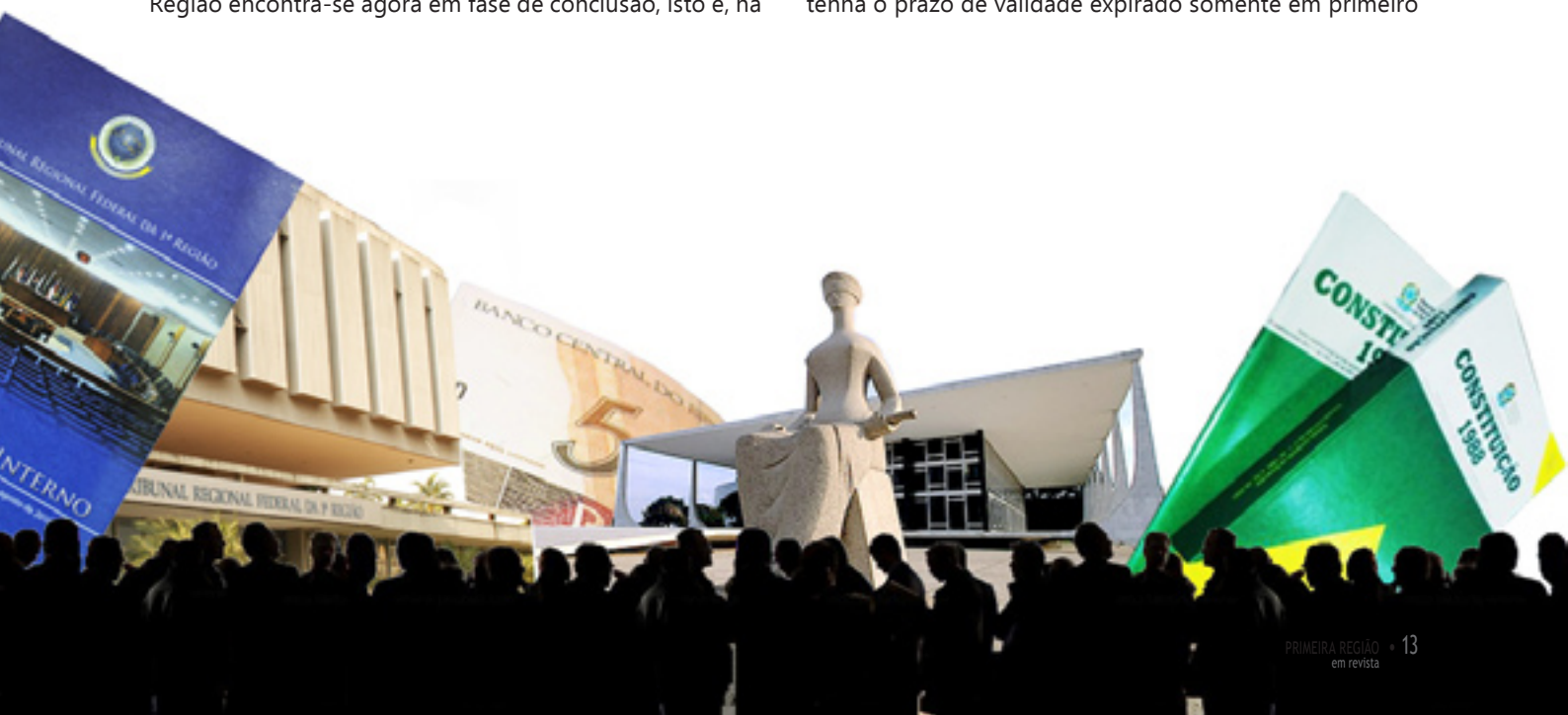
Nesse contexto, o TRF da 1.ª Região, criado pela Carta de 1988, teve sua sede instalada em Brasília em março de 1989. Desde então, o Tribunal fez 13 concursos para juiz federal substituto e lançou, no final de janeiro de 2011, o edital do quinto concurso para provimento do quadro de servidores.

Iniciado em julho de 2009, quando o edital foi publicado, o 13.º Concurso para Juiz Federal Substituto da 1.ª Região encontra-se agora em fase de conclusão, isto é, na

sua sexta e última etapa, a de avaliação de títulos, antes da homologação, que deverá acontecer no mês de março de 2011. O concurso foi aberto com 28 vagas, às quais se somaram cerca de 50 outras, surgidas no transcorrer do certame. Contudo, dos 6.691 candidatos inscritos, somente 60 cruzaram a árdua linha de chegada.

Como o total de aprovados não foi suficiente para preencher as vagas disponíveis, o presidente do TRF da 1.ª Região, e também da atual Comissão de Concursos, desembargador federal Olindo Menezes, pretende, assim que homologar o 13.º, sugerir a abertura do 14.º Concurso. “De acordo com o cronograma do Conselho da Justiça Federal (CJF), iremos instalar 19 novas varas, por ano, até 2014. Surgirão, então, novas vagas de juiz federal”, esclareceu.

O TRF, em razão da crescente demanda processual, e preocupado em melhorar o atendimento aos jurisdicionados, lançou, em 31 de janeiro de 2011, o edital para o quinto concurso público destinado à formação de cadastro reserva do quadro de pessoal do Tribunal e da Justiça Federal de 1.º grau, embora o quarto concurso público, realizado em 2007, tenha o prazo de validade expirado somente em primeiro



# CONQUISTANDO METAS

## Gabriela Fachini Misturini

Candidata a técnico judiciário aprovada no quarto concurso público, realizado em 2007, Gabriela Fachini Misturini é a mais recente servidora empossada pelo TRF. Natural da cidade de Carlos Barbosa, na serra gaúcha, diz que começou o ano de 2011 de maneira muito especial. “Mudei de cidade (estava morando em Florianópolis/SC) para realizar o sonho de me tornar servidora pública”. “Após quase quatro anos de espera, veio a recompensa, fui nomeada às vésperas do Natal”.

Aos 37 anos e casada com um militar, Gabriela relembra que já estudava para concursos, mas que à época da publicação do edital resolveu focar os estudos nesse para o TRF. “Foi um período de muito esforço, disciplina e dedicação aos livros, e que valeram a pena, pois consegui a tão sonhada aprovação”.

A mais nova servidora do Tribunal é formada em Ciências Contábeis e está lotada na Divisão de Cálculos Judiciais (Dicaaj), da Coordenadoria de Execução Judicial (Corej). “Estou feliz com a oportunidade de trabalhar no TRF, de ter uma carreira com estabilidade e chances de crescimento profissional”.



CHICO CAMARGO

de junho de 2011, para os cargos de analista judiciário, e em 28 de novembro de 2011, para os cargos de técnico judiciário. A homologação do quinto concurso ocorrerá após o vencimento naquelas datas. Assim, as vagas que forem surgindo até o fim daqueles prazos pertencerão ao concurso ainda em vigor, isto é, o quarto concurso.

O quinto concurso preencherá vagas destinadas às seções judiciárias do Distrito Federal, dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima, Tocantins e das subseções vinculadas para os seguintes cargos: Analista Judiciário – área judiciária e administrativa; Analista Judiciário – área judiciária – especialidade Execução de Mandados; Analista Judiciário – área Apoio Especializado – especialidade Contadoria; Técnico Judiciário – área administrativa; Técnico Judiciário – área administrativa – especialidade Segurança e Transporte; e Técnico Judiciário – área Apoio Especializado – especialidade Operação de Computador.

A aplicação das provas objetivas, de redação e de estudo de caso está prevista para o dia 27 de março de 2011.

A realização de novo concurso decorre da necessidade de instalação de novas varas federais ainda neste ano, previstas na Lei 12.011/2009, e da proximidade do encerramento do prazo de validade do quarto concurso, principalmente para os cargos de analista judiciário.

### Por dentro de um concurso

Provimento do quadro de pessoal – o concurso surge a partir do momento em que um ente da Administração Pública necessita preencher os cargos vagos em seu quadro de servidores. Assim, o TRF da 1.ª Região inicia as providências para fazer um concurso público mediante pedido da direção-geral. Em seguida, após a publicação de portaria do presidente, instituindo comissão para condução dos trabalhos com vistas à abertura de edital para a realização do concurso, essa comissão, integrada por membros da área de recursos humanos do Tribunal, desenvolve os estudos preliminares, faz o levantamento dos cargos a serem preenchidos, seus quantitativos e dos locais onde se encontram (podem estar tanto no TRF quanto na Justiça Federal de 1.º Grau). A partir dessas informações, compõe-se um projeto básico para a licitação que irá contratar uma instituição para promover o concurso.

O próximo passo é a elaboração do edital e sua publicação pela instituição contratada. Daí em diante, abrem-se as inscrições, realizam-se as provas, apuram-se os aprovados e divulgam-se os resultados. Transcorrido o prazo para recursos, o concurso é homologado para, a seguir, iniciarem as nomeações.

# CONQUISTANDO METAS

## Juliana Maria da Paixão

Técnica judiciária da Seção Judiciária de Mato Grosso (SJMT) desde fevereiro de 2004, Juliana Maria da Paixão agora está entre os sessenta candidatos aprovados no 13.º Concurso para Juiz Substituto da 1.ª Região.

Desde que chegou à Justiça Federal, passaram-se sete anos de convivência diária com os processos. Tal como relata, foram as experiências adquiridas ao participar do cotidiano de um gabinete de juiz que a inspiraram a prestar concurso. Um sentimento forte de que estava no caminho certo foi determinante para que Juliana alcançasse a condição de futura juíza federal substituta.

Juliana nasceu em Goiânia/GO, de onde saiu para Cuiabá, capital de Mato Grosso, com apenas um ano de idade. Ali estudou e formou-se em Direito, na Universidade Federal, em 2004.

Lotada, como assessora, na 1.ª Vara da SJMT, Juliana Maria da Paixão chega à magistratura aos 30 anos de idade, e nos conta um pouco dessa história.



SECO/SJMT

### Como você percebeu a vocação para a magistratura?

Eu assumi o cargo de técnica judiciária em 3 de fevereiro de 2004 e fui lotada inicialmente na Secretaria da 2.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso. Dois meses após tomar posse na Justiça Federal, eu coleci grau em Direito pela UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso). Em virtude de minha formação jurídica, sempre senti muita vontade de ler as decisões, os processos, analisá-los mais detidamente, e então passei a almejar a lotação em um gabinete. Em abril de 2006 alcancei esse objetivo e comecei a assessorar o juiz federal substituto da 1.ª Vara. No exercício dessa função, ao auxiliar na elaboração das minutas de despachos, decisões, sentenças, preparação de audiências e conviver com o cotidiano de um magistrado, pude perceber o quanto me identificava com a atividade e gostava das atribuições do cargo. Foram nesses quase cinco anos na assessoria que desenvolvi o amor pela carreira e a certeza de que era o que eu queria para minha vida profissional.

### Como foi o percurso entre a decisão de participar e o término do concurso?

O concurso do TRF/1 era bastante esperado, por se tratar do cargo que eu desejava e também da minha região (moro em Cuiabá/MT desde o meu primeiro ano de vida). O tempo entre a inscrição no certame e a última etapa foi longo, em razão da suspensão do concurso por quase quatro meses pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Essa intervenção ocorreu após o resultado da segunda fase e, a essa altura, pensar na possibilidade de o concurso ser anulado era no mínimo angustiante.

Além disso, durante o andamento do concurso os estudos se intensificam e, conseqüentemente, as abdições

também. Definitivamente, para quem trabalha o caminho até a aprovação é um pouco mais árduo, pois a falta de tempo exige muita renúncia e também a compreensão e apoio da família.

### O que sentiu quando soube que fora aprovada?

Uma mistura de felicidade, emoção, alívio, euforia, vontade de chorar ... Quando vi meu nome no Diário Oficial, ajoelhei e agradei a Deus pela vitória alcançada.

### Que descobertas aconteceram e que lições restaram no trajeto percorrido entre a servidora Juliana e a futura juíza?

Como disse, a aprovação no certame exige bastante dedicação, e a lição que fica é que somente quem tem muita convicção do que quer tem disposição para estudar, estudar, estudar e também para conviver com a pressão das provas, em especial, da prova oral.

Faço ainda questão de registrar que alguns contratempos de ordem pessoal ocorreram entre a primeira e a última prova, os quais serviram para demonstrar que a vida não para para esperar você concluir um projeto ou realizar um sonho. Então, é preciso aprender a lidar com as adversidades e permanecer firme em seus propósitos.

### O que visualiza no horizonte como futura juíza?

A expectativa para ocupar um cargo dessa envergadura é grande. Espero sempre ter muita sensibilidade e sabedoria para utilizar a minha profissão como um instrumento de realização da justiça, aplicando o direito e contribuindo para dar aos jurisdicionados uma resposta efetiva e em consonância com os preceitos da nossa Carta Fundamental.

Provimento do cargo de juiz federal substituto – o processo tem início com a aprovação do regulamento do concurso, apresentado pelo desembargador federal presidente da Comissão de Concurso, pela Corte Especial Administrativa do Tribunal – o regulamento do 13.º Concurso estabelece as bases do certame composto por provas e títulos, isto é, aponta os variados tipos de prova a que os candidatos serão submetidos, prova objetiva seletiva, provas escritas, exames de sanidade física, mental e o psicotécnico, sindicância da vida pregressa e investigação social, prova oral e, por último, a avaliação de títulos.

Com o apoio nas premissas do regulamento, o edital é elaborado e publicado. Além de especificar as matérias

e respectivos conteúdos que comporão as diversas fases do concurso, o edital traz as regras sob as quais se dará a aprovação de um candidato, entre elas a que diz que “a prova objetiva seletiva, as provas escritas e a prova oral terão caráter eliminatório e classificatório. A avaliação de títulos terá caráter apenas classificatório”.

Para que se tenha uma noção do grau de complexidade – a consecução das seis etapas do 13.º Concurso para Juiz Substituto da 1.ª Região –, o certame teve início com a publicação do edital de abertura em 20 de julho de 2009. Apesar de ter sido suspenso por quase quatro meses, devido a recurso interposto por candidato, a homologação do resultado está prevista para o mês de março de 2011. ■

## DE SERVIDOR A DESEMBARGADOR DO TRF DA 1.ª REGIÃO

### Daniel Paes Ribeiro

Tomou posse como auxiliar judiciário no extinto Tribunal Federal de Recursos (TFR), em 1971. Em seguida, em 1974, passou a analista judiciário, ainda naquele tribunal, permanecendo no cargo até 1986. Ingressou na magistratura federal em 23 de fevereiro de 1987, quando tomou posse, como juiz federal substituto, na 3.ª Vara da Seção Judiciária do Pará. É desembargador federal desde 15 de fevereiro de 2001, promovido pelo critério de merecimento.

### Selene Maria de Almeida

Começou carreira como técnico judiciário do Tribunal Federal de Recursos (TFR), em 1981. Ingressou na Justiça Federal no último concurso nacional promovido pelo extinto Tribunal Federal de Recursos, quando foi classificada em primeiro lugar. Foi juíza titular da 4.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, tendo ingressado em 5 de outubro de 1988. Promovida pelo critério de merecimento, tomou posse como desembargadora federal em 15 de fevereiro de 2001.

### Reynaldo Soares da Fonseca

Começou como técnico judiciário na Justiça Federal do Maranhão, onde ficou entre 1982 a 1986. Chegou à magistratura federal em 20 de setembro de 1993, quando assumiu suas funções de juiz federal substituto da 4.ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal. Tomou posse como desembargador federal em 23 de abril de 2009, promovido pelo critério de merecimento.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO



# Curso superior abreviado

LIMINAR PERMITE A ESTUDANTE DE ENGENHARIA TOMAR POSSE EM CARGO PÚBLICO, NA DATA LIMITE



▼ VÍCTOR BRANDÃO

Exercer um trabalho que ofereça estabilidade profissional, a garantia de bons salários e aposentadoria atende por nome e sobrenome no Brasil: Concurso Público. O sonho encoraja milhares de brasileiros, que lotam inúmeras salas de cursos preparatórios em todo o país.

A concorrência, portanto, torna o acesso a uma das vagas tarefa inglória e espinhosa, que requer dedicação e disciplina por parte dos postulantes. Mas o que dizer de um universitário que venceu todas essas barreiras, foi aprovado em um dos concursos mais concorridos e não pôde, a princípio, tomar posse no cargo?

Foi o que aconteceu com R.P, que, cursando o último período de Engenharia Mecânica na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), obteve aprovação em concurso público promovido pela Petrobras.

No entanto, ao requerer à UFU certificado de extraordinário aproveitamento para colação de grau antecipada, previsto na LDB (Lei 9.394/96 e art. 115 do Regimento-Geral da UFU), teve o pedido negado por falta de documentos comprobatórios de excelência de rendimento nas duas disciplinas faltantes.

O estudante pensou em desistir quando recebeu a negativa. “Não via possibilidades, era praticamente impossível. Foi quando alguns professores me encorajaram e estimularam para que eu não abdicasse do meu direito”, relata.

Durante cerca de um mês, ele tentou negociar com a

universidade, de maneira pacífica, mas, diante do insucesso, recorreu à Justiça Federal de Primeira Instância, em Uberlândia, impetrando mandado de segurança contra o ato do coordenador e do diretor de curso da Faculdade de Engenharia Mecânica da UFU. Em quatro dias, foi concedida liminar para constituir banca examinadora especial, estipulação de uma data limite para a realização de exames e, caso fosse aprovado, a expedição de certificado de conclusão de curso.

A questão chegou ao Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em grau de recurso (*ex-officio*). A relatora no Tribunal, desembargadora federal Selene Maria de Almeida, entendeu que o fato de o estudante não ter concluído as duas últimas disciplinas restantes do curso de Engenharia Mecânica não deveria representar prejuízo à sua pretensão. A magistrada ressaltou que o aluno figurava em segundo lugar no *ranking* de Engenharia Mecânica 2003/1, tendo ministrado diversos “minicursos”, e demonstrou ter elevado conhecimento das matérias da grade curricular ao ser aprovado no concurso público para o cargo de engenheiro mecânico da Petrobras.

“Peguei meu registro profissional no CREA-MG (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) no final da tarde de uma sexta-feira, fui ao Rio de Janeiro e, na segunda, último dia para tomar posse, me apresentei à Petrobrás”, finalizou o engenheiro. ■

# Guarda de protocolo **isenta** taxista do pagamento de multas

MOTORISTA NÃO PODE RESPONDER POR  
FALHA DE PROCEDIMENTO DO DETRAN/RO



Todos os anos a situação se repete. Após as festas, férias e o carnaval, é chegada a época de pagar impostos. Um proprietário de automóvel, por exemplo, precisa arcar, no mínimo, com o IPVA, o seguro obrigatório e o licenciamento. Para cada estado há datas diferentes, mas, de acordo com o Denatran, o prazo máximo de envio do boleto de cobrança é comum a todos.

No Distrito Federal, a segunda quinzena do mês de março é o prazo máximo para a Secretaria de Fazenda do Governo do Distrito Federal (GDF) enviar o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). No mesmo boleto são discriminados taxa de licenciamento anual e seguro obrigatório. O prazo para pagamento do imposto, dependendo do último número na placa do automóvel, é o dia 17 de junho. Após essa data começarão as fiscalizações para exigir o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) atualizado.

A Secretaria de Fazenda do Distrito Federal explica que o IPVA é um imposto local, e cada estado pode controlar e destinar a arrecadação de duas formas. A primeira, comum a todos, está prevista na Constituição Federal e consiste na obrigatoriedade de uma parte do que é arrecadado com impostos ser investida em ações e serviços públicos de saúde, manutenção e desenvolvimento da educação e no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A segunda é livre de vinculação constitucional e, no caso do Distrito Federal, destina-se a custear serviços e investimentos públicos. No ano de 2010, o GDF arrecadou 537,1 milhões de reais com o imposto.

Utilizada para custear o registro e licenciamento do veículo, além da impressão e entrega do CRLV, a taxa de licenciamento é recolhida pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran). Já o seguro obrigatório é destinado a pagar indenizações a vítimas de acidentes de trânsito, ou seus familiares, além de repassar ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), para aplicação em programas de prevenção de acidentes de trânsito. No ano de 2010 o seguro indenizou 252 mil vítimas, sendo que desse total, foram pagas 50.780 indenizações por morte, 151.558 indenizações por invalidez permanente e 50.013 reembolsos de despesas hospitalares, conforme explica a assessoria de comunicação social da seguradora Líder (criada pela Portaria nº 2.797/07, publicada em 7 de dezembro de 2007 no Diário Oficial da União) responsável pelo gerenciamento do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores Terrestres (DPVAT).

Segundo o Departamento Nacional de Trânsito, o Brasil possui cerca de 45 milhões de condutores, sendo que todos os anos parte deles precisam renovar os documentos de seus carros. Em razão da demanda, é possível que os órgãos não cumpram os prazos da entrega de documentos, gerando problemas que podem até acabar na Justiça.

Foi o que aconteceu com um taxista – 78 anos – no estado de Rondônia. Ele foi parado por equipe de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal e multado por conduzir um automóvel com a cor adulterada e sem o licenciamento. Inconformado, o taxista acionou a Justiça Federal daquele estado, pois, além de pagar os impostos em dia, ter comparecido à vistoria para autorização da mudança de cor, guardou os protocolos. Com eles, mostrou ter cobrado do Detran/RO os documentos que estavam em atraso e não ter sido o órgão capaz de cumprir com suas obrigações. Diante dessas questões, as multas foram consideradas ilegítimas em sentença proferida na primeira instância, validada em grau de recurso pelo Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.

O taxista afirma a quem quiser ouvir: “Aprendi a lição. Guardo todos os comprovantes de pagamento, protocolos de atendimento, pessoais ou por telefone. Foi por causa deles que consegui provar que não era culpado.” ■



# Presidenta ou presidente

▼ MÁRCIA MURÇA BARROSO



Difícil encontrar quem ainda não se tenha deparado com a discussão acerca do feminino da palavra “presidente”. Esse debate, porém, não é atual: muito antes de Dilma Rousseff tornar-se conhecida, revisores viam-se obrigados, por vezes, a desprezar a forma “presidenta”, dependendo da influência que recebiam a esse respeito o editor ou o autor da publicação.

Hoje não se sabe se a controvérsia ultrapassará a fama daquela sobre “imexível”, dirimida alguns anos mais tarde; mas a abrangência, com certeza. Tudo devido ao advento da internet, à popularidade de Dilma e à importância para as mulheres do Brasil de se destacar o fato de ser ela a primeira presidenta do País (ou será presidente?)

Encontramos, portanto, a seguinte situação: de um lado, a rejeição de profissionais de algumas áreas à flexão em gênero da palavra; de outro, certa vontade feminina de que essa flexão esteja correta. A justificativa de quem a rejeita é que a palavra tem origem em uma ação, recebendo “o sufixo invariável ‘ente’”. Citam-se vários vocábulos de nossa língua formados com o mesmo sufixo que não se flexionam, como “agente”, “estudante” e “visitante”.

Uma pequena busca em dicionários etimológicos, entretanto, já nos dá o suporte necessário para uma definição. Em Pedro Machado encontramos para “presidente” o registro “*praesidente*”, como termo latino que significa “o que tem a precedência”, e o verbo “*praesidere*”, com o sentido de “estar sentado à frente”. Perceba-se que a raiz é “*sed*”, a mesma que nos proporcionou o versátil verbo “*ser*” – de “*sedere*” (estar sentado) – e o termo “*sedentário*” – de “*se-*

*dentarius*”. A noção de “liderar”, portanto, na qual se percebe facilmente a de ação, veio depois, em sentido figurado.

Diferentemente do que ocorre com vários nomes terminados em “-nte” (a vogal imediatamente anterior é apenas vogal temática), o processo de formação de “presidente” deu-se ainda no latim, quando não trazia a mesma significação que empresta hoje o sufixo “-nte” ao ser acrescentado a vocábulos de nossa língua, de “agente”. É caso distinto, por exemplo, de “estudante” (estudar + -nte), “combatente” (combater + -nte) e “viajante” (viajar + -nte), e pouco assemelhado a “governanta”, que tem origem no francês (*gouvernante*).

Com isso, a polêmica pode vir a ser abreviada, e podemos, para ajudar, recorrer aos registros lexicográficos de Houaiss, Aurélio, Caldas Aulete e ao Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, que há muito nos oferecem a estrutura “presidenta”.

Claro está que o assunto carece ainda de aprofundamento, mas, embora haja, na ausência de consagração do termo “presidenta”, pequena possibilidade de se passar a ver nas mesmas obras, daqui a alguns anos, só a forma “presidente” (comum de dois), o fato é que, enquanto nelas se registrar aquele feminino flexionado, não se poderá repelir tal variação, pois fazem parte de nosso idioma os registros encontrados nos dicionários e, principalmente, apesar de falível, nosso vocabulário ortográfico oficial. ■

# Linguagem informatizada

TERMOS E EXPRESSÕES  
MAIS COMUNS

RAISSA CAPIBARIBE

Como de rotina, servidores, prestadores de serviços e estagiários chegam ao local de trabalho e ligam seus micros para iniciar os afazeres. No decorrer do dia são inúmeras as dúvidas que dificultam a navegação, de parte dos aproximadamente 2.900 usuários no Tribunal. Eles, então, recorrem à Diatu – Divisão de Atendimento ao Usuário –, para tentar resolver os problemas, muitos deles agravados pela complexidade da linguagem informatizada.

Por meio do Siate (Sistema de Atendimento ao Usuário), telefone ou **e-mail**, os técnicos de informática tentam sempre amenizar a dificuldade de compreensão dos termos técnicos. Segundo Nelson Rodrigues, encarregado do serviço de apoio ao usuário (**help desk**), são atendidas em média 300 solicitações de serviços por dia. E, na hora do atendimento, algumas vezes surge o problema: comunicação **out, off** e nada **in**.

Com o avanço da tecnologia, cresceu também a quantidade de termos próprios da área de informática. O diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin), Márcio Cruz, disse que os técnicos, desejando facilitar o atendimento aos usuários do Tribunal, esforçam-se para evitar a linguagem própria de TI (tecnologia da informação), mas, com a disseminação da informação no mundo atual, principalmente via internet, o esforço efetuado pelos técnicos para se policiarem muitas vezes é inócuo, "pois várias expressões já estão em nosso cotidiano".

"As dúvidas mais frequentes, entre os usuários, são relativas à configuração de **e-mail**, impressoras e utilização do Microsoft Word e do Microsoft Excel", afirmou Nelson. Ele elencou alguns dos termos e expressões mais utilizados pelos técnicos de informática ao prestarem atendimento aos usuários por meio do **help desk**.

Quando se liga o computador, a primeira palavra logo aparece, com o pedido de efetuação do **login**, que nada mais é do que o conjunto de caracteres solicitado para que

possamos acessar nossa área de trabalho.

E a **área de trabalho**? É a principal área exibida na tela do computador. Como o nome mesmo indica, ela serve de superfície para os trabalhos, como se fosse o tampo de uma mesa, e, quando abrimos programas ou pastas, é ali que são exibidos. É nessa área também que podemos acessar a **internet** utilizando um **browser** (navegador) de nossa preferência (ex.: Internet Explorer, Mozilla FireFox...).

Pela internet é possível navegar em inúmeros **sites**, páginas virtuais, chegar, por **links**, a fotos, palavras ou textos e repassá-los, com apenas alguns cliques. Para isso, devemos salvá-los em alguma pasta do micro. O procedimento é simples. Primeiramente é preciso escolher a pasta desejada e, em seguida, salvar o documento, renomeando-o, ou seja, dando a esse novo arquivo o nome mais apropriado para ele. O programa do computador que possibilita a interação dos usuários com as páginas virtuais também se encontra na área de trabalho.

Ao longo do tempo, novos arquivos serão salvos, o que diminuirá gradativamente o espaço de armazenamento dos micros. Para manter todos eles, evitando a perda de dados, caso o usuário não opte pela exclusão definitiva, pode ser feita uma "cópia de segurança", mais conhecida pelo termo em inglês: **backup**. Essa cópia de dados pode ser efetuada por diversos meios, porém os mais utilizados são: CD-ROM, DVD e disco rígido externo. ■



## JUIZ FEDERAL LANÇA OBRA SOBRE CRIMES TRIBUTÁRIOS



Numa solenidade prestigiada por diversas autoridades do cenário jurídico e político nacional, foi lançada, no dia 16 de fevereiro, no hall do Plenário do TRF, em Brasília, a obra "Crimes Tributários", de autoria do juiz federal Roberto Carvalho Veloso, titular da 27.<sup>a</sup> Vara Federal do DF e presidente da Associação dos Juízes Federais da Primeira Região. O vice-presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, no exercício da presidência, desembargador federal José Amilcar Machado, em seu pronunciamento de abertura, externou satisfação em receber o autor para tão importante empreitada nas dependências do Tribunal. Ele falou da atuação de destaque do juiz federal no âmbito da Justiça Federal da Primeira Região e no magistério.

Comentou, ainda, o trabalho do autor, resultado da tese de doutorado apresentada na Universidade Federal de Pernambuco. "É um trabalho de natureza rigorosamente científica." E concluiu: "Desta feita, o juiz Roberto Veloso aprimora sua formação acadêmica e entrega ao mundo jurídico valiosa contribuição intelectual ao abordar tema momentoso para os magistrados, membros do Ministério Público e advogados". O juiz Roberto Veloso agradeceu a acolhida do TRF para o lançamento de seu livro. Ele teceu comentários sobre a obra, que retrata um pouco de sua história de luta como magistrado, além de refletir seu pensamento sobre o direito penal, "subsidiado e personalíssimo". Ao final, o autor fez a entrega de um exemplar da obra ao vice-presidente Amilcar Machado (foto) e à diretora da Biblioteca e Acervo Documental, Márcia Mazo dos Santos. Prestigiaram a solenidade, ainda, entre outras autoridades, o presidente do STJ/CJF, Ari Pargendler, o ministro Edson Vidigal, o presidente da Ajufe, Gabriel Wedy, Marco Aurélio Florêncio, que prefaciou a obra, desembargadores do TRF e juízes federais.

## VICE-PRESIDENTE ASSUME A CORTE EM PERÍODOS DE FEVEREIRO E MARÇO

O presidente do Tribunal Regional Federal, desembargador federal Olindo Menezes, esteve ausente de 15 a 27 de fevereiro e de 3 a 13 de março, por motivo de férias e de viagem a convite do Conselho da Justiça Federal (CJF), respectivamente. Durante esse período, o vice-presidente do TRF, desembargador federal José Amilcar Machado, assumiu o cargo.

## ESCOLHIDOS OS NOMES PARA A LISTA TRÍPLICE DA OAB E DO MPF

O Pleno do Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região votou, no dia 10 de fevereiro, as duas listas tríplexes para preenchimento das vagas de desembargador federal pelo quinto constitucional destinadas, uma, à Ordem dos Advogados do Brasil, e outra, ao Ministério Público Federal. Kassio Nunes Marques, com 21 votos, Gerson Ney Ribeiro Vilela Júnior, com 19 votos, Silvio de Andrade Abreu Junior, com 14 votos, foram os nomes escolhidos para compor a lista tríplex para vaga da advocacia no TRF da 1.<sup>a</sup> Região, em decorrência da aposentadoria do desembargador federal Carlos Fernando Mathias. Ana Borges Coêlho Santos, 18 votos, Paulo Vasconcelos Jacobina, 17 votos, e Néviton de Oliveira Batista Guedes, 14 votos, são os nomes que compuseram a lista tríplex para a vaga do Ministério Público da União no lugar da desembargadora federal Maria Isabel Gallotti, hoje membro do Superior Tribunal de Justiça – STJ. As listas tríplexes foram encaminhadas por meio dos ofícios Presi/Asmag 386 e 387, no dia 14 de fevereiro, pela Assessoria de Assuntos da Magistratura do TRF ao ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardoso. Depois de assinadas pelo ministro, serão encaminhadas à Presidência da República para escolha dos nomes dos dois membros do TRF da 1.<sup>a</sup> Região. Estiveram presentes vinte e cinco desembargadores federais, dos vinte e sete que compõem o Tribunal. Todo o processo de escolha dos nomes ocorreu por votação eletrônica.

## GESTÃO DOCUMENTAL É TEMA DE ENCONTRO NO TRIBUNAL

Servidores responsáveis pelos arquivos da Primeira Região reuniram-se de 21 a 23 de fevereiro, no I Encontro sobre Gestão Documental da 1.<sup>a</sup> Região, realizado no salão nobre do Tribunal. Durante os três dias do evento, temas de interesse dos supervisores das seções de arquivo de todas as seccionais vinculadas foram amplamente discutidos pelos participantes; entre eles, os pressupostos básicos para a eliminação de documentos e processos administrativos e os procedimentos de descarte de autos findos nas seções judiciárias. O encontro foi idealizado pela Divisão de Arquivo e Memória Institucional (Diami/Cojud) e teve o apoio da Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Direh/Secre), por meio da Seção de Apoio à Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região (Unicorp).



BRITTO JÚNIOR

## Após entrega de declaração do IRPF, cópia deve ser apresentada à Secre

A Secretaria de Recursos Humanos do TRF da 1.ª Região alerta os servidores sobre a obrigatoriedade de apresentação da cópia da Declaração de Imposto de Renda – Pessoa Física (IRPF), sobre os prazos estipulados e as consequências da recusa de se prestarem as informações solicitadas. Dúvidas? Você tira aqui.



### 1- Quem deve entregar cópia da Declaração de Imposto de Renda?

A entrega de cópia da Declaração do IRPF é obrigatória para os servidores ocupantes de cargo em comissão (CJ-1 a CJ-4) ou no exercício de função comissionada (FC-1 a FC-6), na condição de titulares ou substitutos, mesmo os substitutos eventuais (a partir de um dia de substituição). Também é obrigatória no momento da posse e exercício e na data em que o agente público deixar o cargo efetivo ou comissionado, ou a função comissionada com desligamento do quadro de pessoal do TRF ou da Justiça Federal de 1.º grau.

### 2- Qual o prazo de entrega exigido?

A entrega da declaração será feita no prazo de até 15 (quinze) dias após a data limite fixada pela Secretaria da Receita Federal para a apresentação da declaração de bens e rendimentos para fins de Imposto de Renda. No caso de posse ou entrada em exercício, na data da investidura e nos casos de exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, até 15 dias contados da data da ocorrência.

### 3- Qual a forma de envio da declaração do IRPF?

A entrega da declaração deverá ser feita por meio eletrônico (extensão “dec” – declaração – e “rec” – recebimento), conforme a Portaria/Presi 600-026 de 8 de fevereiro de 2008. Para o envio do documento, os servidores deverão acessar os sistemas do TRF/ 1.ª Região, clicar em “Serviços de Recursos Humanos (SARH)”, “Menu do Servidor”, “Declaração de Bens”, “Entrega Declaração de Bens – Identificada”.

### 4- Serão aceitas outras formas de entrega?

Somente em casos especiais. Forma de entrega diversa à regulamentada deverá ser solicitada ao diretor-geral, no TRF, e ao diretor do foro, nas seccionais, por meio de requerimento específico, no qual o servidor elencará as razões para a não entrega pelo sistema informatizado.

### 5- Que normas regulamentam a obrigatoriedade da entrega da declaração IRPF?

CF 88, Art. 71, que dispõe: “O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e

valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público; Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992: dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional; Lei n.º 8.730, de 10 de novembro de 1993, que estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos poderes executivo, legislativo e judiciário; Instrução Normativa n.º 5, de 10 de março de 1994, do Tribunal de Contas da União; e Portaria/Presi 600-026, de 8 de fevereiro de 2008, que implanta o sistema de entrega de cópias da declaração IRPF, por meio eletrônico, na Primeira Região.

### 6- Como é feito o controle de entrega da declaração do IRPF?

O Tribunal de Contas da União, na Instrução Normativa n.º 5, de 10 de março de 1994, estabelece os mecanismos de fiscalização das declarações do IRPF apresentadas pelas autoridades e servidores públicos federais.

No TRF/ 1.ª Região, a Secretaria de Controle Interno fiscaliza o cumprimento da exigência de entrega. Caso necessário, determina a regularização das declarações pendentes e alerta para as sanções previstas em lei.

### 7- Quais são essas penalidades pela ausência de entrega da declaração?

#### Art. 13, §3.º, da Lei 8.429/1992:

*“Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar a declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.”*

#### Art. 3.º, parágrafo único, da Lei 8.730/1993:

*“A não apresentação da declaração, a falta e atraso de remessa de sua cópia ao TCU, ou a declaração dolosamente inexata implicarão: (...) perda do mandato, demissão do cargo, exoneração do emprego ou destituição da função, além de inabilitação, até cinco anos, para o exercício de novo mandato e de qualquer cargo, emprego ou função pública, observada a legislação específica.” ■*





# NOVAS VARAS FEDERAIS a caminho

TRF DÁ CONTINUIDADE À JORNADA DE INSTALAÇÃO DE  
MAIS 19 VARAS EM 2011

▀ JULIANA CORRÊA

Vencer o desafio de instalar 19 varas federais no primeiro ano de gestão, e aproximar ainda mais a justiça do jurisdicionado, foi o que motivou a equipe da 1.ª Região a percorrer grandes distâncias geográficas para garantir o acesso do cidadão à Justiça Federal.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas para chegar a algumas das localidades contempladas com a instalação daquelas varas federais, o presidente Olindo e equipe percorreram, em sete meses de intenso trabalho, boa parte das 14 unidades federativas que compõem a Primeira Região: Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Tocantins e Distrito Federal.

A Administração prepara-se em 2011 para dar continuidade ao feito e concluir, até o final do mês de outubro, nova jornada, em que serão instaladas mais 19 varas na Justiça Federal da Primeira Região.

No início de fevereiro, foi aprovado o cronograma das novas instalações. A cidade mineira de Uberlândia será contemplada com a primeira vara de 2011. A inauguração está prevista para o dia 25 de março, na subseção judiciária local, onde funcionará o novo órgão, que terá competência em JEF cível e criminal.

O cronograma prevê ainda a instalação de duas varas, uma, no município de Oiapoque (AP), e outra, em Laranjal do Jari (AP), considerados áreas estratégicas de fronteira. "Por autorização do Conselho da Justiça Federal, a instalação dessas varas foi transferida de 2010 para 2011, aten-

dendo solicitação do presidente do TRF, Olindo Menezes, conforme a Resolução n.º 137, de 31/12/2010, daquele colegiado", explica o secretário-geral Joseny Freire.

A instalação das varas está de acordo com a Resolução n.º 102, de 14 de abril de 2010, do Conselho da Justiça Federal (CJF), que destina ao TRF/ 1.ª Região 94 varas federais do total de 230 criadas pela Lei 12.011, de 4 de agosto de 2009.

A elaboração da Resolução n.º 102 resultou de estudos baseados em critérios técnicos que identificaram a necessidade da presença da Justiça Federal, elaborados por comissão do Conselho da Justiça Federal (CJF). O estudo levou em conta dados como a densidade populacional, o índice de crescimento demográfico, o Produto Interno Bruto e a distância de localidades onde há vara federal. Como subsídios do estudo, foram utilizados bancos de dados da demanda processual da Justiça Federal de 1.º grau e da competência delegada (processos de competência da Justiça Federal julgados pela Justiça estadual por delegação legal, em localidades onde não há vara federal). Também foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos a população, índice de crescimento demográfico e PIB dos municípios, além da pesquisa "Regiões de Influência das Cidades".

Das 94 varas federais, 28 serão destinadas às capitais dos estados integrantes da Primeira Região, e 66, aos municípios do interior. A conclusão da jornada de instalação dessas varas está prevista para 2014. ■

# Restaurante do TRF

LICITAÇÃO DEFINIRÁ NOVA EMPRESA RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS

PAULA ODA

Em funcionamento desde 17 de abril de 2002, o restaurante do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, localizado no Edifício-Sede I, foi criado para atender prioritariamente o corpo funcional da Casa, que hoje é integrado por 27 desembargadores, 25 juízes federais convocados, 1.153 servidores, 820 prestadores de serviço e 364 estagiários. Com serviços de café da manhã e almoço, o horário de maior movimento sempre foi o do almoço, ocasião em que vários usuários externos, não só de outros órgãos próximos ao Tribunal como também advogados e visitantes, recorrem ao cardápio oferecido de segunda a sexta-feira.

O espaço tem capacidade para receber, no máximo, 500 usuários. O secretário-geral da Presidência, Joseny Marques Freire, é um dos frequentadores. Ele destaca as vantagens de se ter um restaurante no local de trabalho: "Evita deslocamento no horário de maior trânsito e todas as situações possíveis decorrentes do estresse desse período de deslocamento, tanto na ida como no retorno". E vai adiante ao citar outras vantagens, como o ambiente de convivência criado pela presença de colegas que trabalham em setores distintos, que o momento do almoço propicia, o que favorece a integração.

Para assegurar a qualidade dos serviços prestados e a saúde dos usuários, o TRF vem realizando periodicamente o controle da higiene, com o acompanhamento do manuseio e da produção dos alimentos servidos.

Tamanha é a preocupação da Administração com a

qualidade de vida dos servidores, que o restaurante foi fechado em 18 de dezembro de 2010. Um dos motivos, a contaminação de equipamentos e alimentos constatada por análises microbiológicas efetuadas pela empresa Sabin Biotec, contratada pelo Tribunal.

A servidora da Taquigrafia Solange Timo Leite, usuária do serviço, lamenta o fechamento do restaurante e diz: "qualquer deslocamento para outro lugar a fim de fazer alguma refeição é extremamente cansativo. Além disso, o preço da refeição e dos lanches no restaurante são bastante razoáveis. Desejo sinceramente que ele volte a funcionar com a qualidade desejável para os padrões de saúde o quanto antes". A preocupação com a reabertura do restaurante fez parte de uma das perguntas enviadas por servidores ao quadro "Pergunte ao Presidente" do programa Primeira Região na TV.

No dia 16 de fevereiro, às 14h30, foi realizado o prego do processo licitatório que definirá a empresa a ser contratada para prestar os serviços do restaurante. O edital foi elaborado, segundo a nutricionista do TRF/ 1.ª Região, Cristine Caltabiano Neves Frauzino, pela Secretaria de Administração (Secad), por meio da Divisão de Elaboração e Acompanhamento de Contratos (Diac), com auxílio da Seção de Copa, Limpeza e Conservação (Secol), da Divisão de Engenharia e Manutenção (Dieng) e do Setor de Nutrição (Setnut). Cristine destaca como uma das principais mudanças o horário de funcionamento

para almoço, que será das 11h30h às 14h30h, sendo que somente após as 14h será aberto ao público externo. “A intenção é reduzir o fluxo de usuários no horário de almoço para, aproximadamente, 450. A cozinha não tem estrutura para produzir mais que 500 refeições diárias, o que comprometeria a higiene dos alimentos produzidos”, esclarece.

Quanto à qualidade dos alimentos, Cristiane Frauzino declara: “O contrato prevê coletas mensais de alimentos para realização de análises microbiológicas. E os cardápios serão elaborados pelas nutricionistas da empresa contratada. Além disso, o Setor de Nutrição realiza visitas periódicas às instalações do restaurante para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais”.

Ela afirma que a fonte de contaminação nem sempre está dentro da cozinha: “É importante ressaltar que a higiene de alimentos servidos em restaurantes *self-service* depende, também, dos hábitos de higiene dos usuários, como a lavagem de mãos antes de se servir, não conversar sobre os alimentos expostos, não tocar com as mãos ou roupas nos alimentos, entre outros”, alerta Cristine. ■





# Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso profere palestra no Tribunal

FHC ACEITOU O CONVITE PARA INTEGRAR O CORPO DE PROFESSORES EMÉRITOS DA ESMAF E DISCURSOU SOBRE A ATUAÇÃO DO BRASIL NO CENÁRIO INTERNACIONAL

RICARDO CASSIANO

O ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso proferiu, no dia 28 de fevereiro, a palestra “O Brasil no panorama internacional”, a convite da Escola de Magistratura Federal da 1.ª Região (Esmaf). O evento, ocorrido no Plenário do Tribunal, reuniu centenas de pessoas, entre magistrados, servidores e autoridades dos três poderes. Compuseram a mesa o presidente do TRF, desembargador federal Olindo Menezes, o diretor da Esmaf, desembargador federal Carlos Moreira Alves, e os ministros do Superior Tribunal de Justiça, Aldir Passarinho Junior, e do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello.

Ao aceitar o convite, Fernando Henrique integrou-se ao corpo de professores eméritos da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região, motivo de orgulho para Moreira Al-

ves, que chegou ao TRF por meio do quinto constitucional durante a gestão de FHC. “Hoje é um dia histórico para esta corte”, declarou o magistrado. “Emprestando seu nome e seu saber, Vossa Excelência demonstra a estatura do homem público que é, contribuindo para o aprimoramento dos magistrados da 1.ª Região”. O presidente Olindo Menezes também demonstrou apreço pela visita do ex-chefe do Estado. “É uma honra inaudita receber uma figura tão ilustre, cujo nome dispensa apresentação”, afirmou.

Antes de tomar a palavra, Fernando Henrique recebeu o diploma de professor emérito da Esmaf, o certificado de conferencista e uma placa de homenagem, entregues pelo ex-diretor da Escola de Magistratura, desembargador federal Hilton Queiroz.



## FHC: “O Brasil tem condições de exercer uma forte presença global (...) por ser capaz de negociar”

### ► PALESTRA

Ao subir na tribuna, FHC mostrou, sem presunção, porque é um dos palestrantes mais requisitados do país. Professor de sociologia e relações internacionais reconhecido em vários países, fez uma explanação do panorama mundial, sob a óptica do capitalismo, da globalização e das relações políticas e sociais. Voltou ao século XVI para contextualizar o atual cenário, que se contrapõe às primeiras conquistas das nações mais fortes, baseadas no poderio militar e bélico.

Relembrou a história recente, ao explicar sobre as mudanças ocorridas após a queda do socialismo soviético, vencido pela indústria americana de tecnologia da informação. Fernando Henrique destacou esse momento como um divisor de águas entre a centralização do poder mundial e uma nova fase de abertura política e econômica. “O que nós assistimos foi, não apenas o fim da guerra fria e da bipolaridade, mas a emergência de vários polos”, frisou. Nesse sentido, destacou o crescimento ascendente de nações como Japão, Coreia e China, que hoje ladeia os Estados Unidos na condução de uma nova “ordem mundial”.

Para FHC, esse novo cenário, impulsionado pelos avanços tecnológicos que derrubaram barreiras sociais e permitiram a absorção dos meios de comunicação mais

modernos, concede uma liberdade sem precedentes para sociedades se expressarem. De quebra, torna mais difícil o “controle da informação”. O reflexo dessa mudança cultural é a substituição da “força” pela “persuasão”, no embate das nações pelo ditame dos rumos da humanidade.

O ainda duro regime político chinês vai resistir? O mundo vai caminhar para a concepção de sociedades mais igualitárias nos direitos e no peso frente às grandes potências? Haverá mecanismos efetivos para aplicação de deliberações conjuntas entre países? Para essas perguntas, o professor Fernando Henrique afirmou não ter resposta. Reconheceu que o mundo deve gastar pelo menos um século para conseguir adequar-se à nova realidade. Como exemplo, FHC citou os entraves enfrentados para validar as decisões do Tribunal Penal Internacional. Mesmo assim, frisou alguns avanços, como a criação de grupos cada vez maiores – G7, G8 e G20 – inseridos nas discussões globais propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU), e a disseminação de temas comuns, como a igualdade racial e a plasticidade religiosa.

### ► BRASIL

Nesse último contexto, o Brasil leva vantagem, na avaliação do ex-chefe de Estado. A diversidade étnica, cultural e das religiões, aliada ao recente crescimento econômico que deu à nação o *status* de país emergente, já nos garante uma boa projeção no cenário internacional. “O Brasil tem condições de exercer uma forte presença global pelos seus valores, por ser capaz de negociar (...), de criar regras que permitam universalizar”, opinou.

Fernando Henrique ponderou que, em nosso favor, também pesa o contraponto das três principais preocupações da humanidade: a água, a poluição e o terror atômico. Isso porque o Brasil tem mais de 10% da água consumível do mundo, uma das maiores produções de etanol e a expressa opção de abrir mão da força nuclear, comprovada em acordo firmado com a Argentina.

No encerramento do discurso, FHC voltou-se aos magistrados da Esmaf para concluir que, entre todas as mudanças e perspectivas apresentadas, o mais importante é a preocupação em “como se conciliar o universal com o particular”. Após a palestra, o presidente do Tribunal, Olindo Menezes, entregou ao novo professor emérito da Esmaf o diploma e a medalha de visitante ilustre da Corte. ■

# Sistema Malote Digital: agilidade e economia para o Poder Judiciário

TOTALMENTE IMPLANTADO NO TRF E EM FASE FINAL DE INSTALAÇÃO NAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS

PAULA ODA

O Sistema Malote Digital está totalmente implantado no Tribunal Regional Federal, nas seções judiciárias de Minas Gerais e de Goiás, e em fase final de instalação nas demais seções judiciárias da 1.ª Região, segundo afirma a diretora da Divisão de Comunicação e Expedição Administrativa (Dicad), **Nilda Aparecida Alves**. O intuito da ferramenta é dar praticidade e rapidez à troca de correspondências com todos os órgãos do Judiciário, além de economizar com a impressão e com o transporte dos documentos.

Nilda recomenda que qualquer arquivo que esteja digitalizado, ou que possa ser, seja enviado pelo Malote Digital. Apesar disso, a maioria dos setores do Tribunal ainda imprimem e enviam ofício, circulares, cartas precatórias, por exemplo, por meio do serviço de malote tradicional. Ela atribui esse fato à recente implantação do sistema e à falta de costume em usar a ferramenta eletrônica. “Campanhas deverão acontecer na tentativa de conscientizar os servidores e incentivar cada vez mais o uso da ferramenta”, diz Nilda.

O sistema, originalmente chamado Hermes, foi desenvolvido pelo Tribunal de Justi-

ça do Rio Grande do Norte (TJ-RN) para uso interno, com o objetivo de economizar e obter velocidade de comunicação. Posteriormente, foi cedido por meio de convênio ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde sofreu adaptações para possibilitar a troca eletrônica de correspondências com diversos órgãos do Poder Judiciário. A partir daí, ficou conhecido como Malote Digital, sendo instituído pela Resolução n.º 100, de 24 de novembro de 2009, do CNJ, que dispõe sobre a economia, a celeridade e a eficiência alcançadas com a utilização do Sistema Malote Digital por diversos tribunais e a necessidade de modernizar a administração da Justiça.

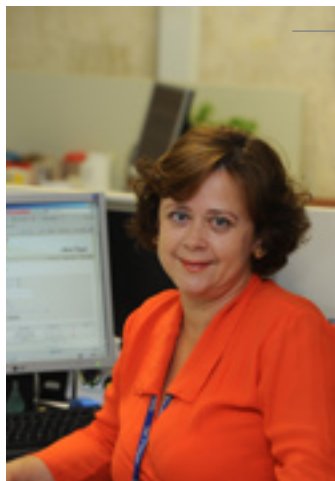
A internet é o meio utilizado para o funcionamento do sistema, que deve ser instalado no computador dos servidores cadastrados, indicados pelos dirigentes das unidades, para operá-lo nas unidades organizacionais designadas. O sistema é instalado pela Divisão de Apoio aos Usuários (Dia-tu). Segundo Nilda Alves, não é necessário realizar curso preparatório ou treinamento para usar o Malote Digital, devido à facilidade e simplicidade do sistema. De qualquer forma, foi disponibilizado pelo CNJ, no próprio sistema, o manual de instruções para dirimir possíveis dúvidas.

A supervisora da Seção de Suporte Administrativo do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag), **Solange Maria de Souza**, diz que o sistema diminui a burocracia, dá maior agilidade ao procedimento de recebimento e envio das correspondências, reduz gasto de papel e tinta de impressora e despesas com etiquetas, envelopes e mão de obra. Ela é a responsável pelo envio de documentos da seção para o CNJ, que não recebe nada em papel, somente em formato digital.

“Todos os servidores deveriam ser cadastrados para, quando faltar alguém, não parar os serviços, como envio e leitura de documentos.” A servidora utiliza o sistema desde outubro de 2010, e garante a facilidade: “Acho que não existe dificuldade, sendo necessário apenas que se conheça o funcionamento e as ferramentas do sistema.” ■



ARQUIVO ASCOM



BRUNO JUNIOR



## CIENTISTAS CRIAM NOVO TESTE PARA DETECTAR SÍNDROME DE DOWN

Pesquisadores do Centro Médico da Universidade de Maastricht, na Holanda, desenvolveram um novo teste para diagnosticar a Síndrome de Down em fetos, mais barato e menos invasivo que as opções atuais. A previsão dos pesquisadores é que o teste esteja disponível em cerca de dois ou cinco anos.

G1  
15/fevereiro/2011

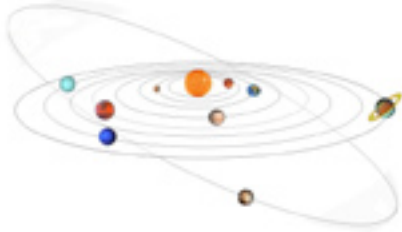
## PRESIDENTE DO EGITO, DITADOR HOSNI MUBARAK, RENUNCIA

Após 18 dias de intensos e violentos protestos que tomaram diversas cidades do Egito, o ditador Hosni Mubarak, 82, renunciou ao poder depois de comandar uma ditadura com mão de ferro durante 30 anos. O anúncio foi feito pelo vice-presidente egípcio, Omar Suleiman, na TV estatal. Mubarak solidifica a crise no mundo árabe, sendo a segunda ditadura a ruir na região em menos de um mês.

Folha de São Paulo  
1.º/fevereiro/2011

## NASA DESCOBRE PLANETAS

A Nasa revelou que o telescópio espacial Kepler descobriu mais de mil possíveis novos planetas fora do sistema solar, sendo que 54 podem ter chances de abrigar vida. Os planetas da chamada "zona habitável" têm estrelas orbitando a uma distância pela qual se pode presumir não serem nem quentes nem frios demais, bem como poderiam ter água em estado líquido.



O Globo  
3/fevereiro/2011

## MATA ATLÂNTICA NA LISTA DAS MAIS AMEAÇADAS

Um *ranking* divulgado pela entidade ambiental Conservação Internacional revela que a Mata Atlântica é a quinta floresta mais ameaçada do mundo. A lista enumera o que a organização considera ser as dez regiões florestais mundiais que enfrentam os maiores riscos. Segundo a ONG, a posição da Mata Atlântica na quinta colocação se justifica por restarem apenas 8% da cobertura original da floresta, que antes ocupava boa parte da costa brasileira.

BBC Brasil  
2/fevereiro/2011

## DOCUMENTÁRIO BRASILEIRO INDICADO PARA O OSCAR

O documentário "Lixo Extraordinário", sobre o trabalho do artista plástico brasileiro Vick Muniz com os catadores de lixo do Jardim Gramado, em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, foi indicado para concorrer ao Oscar de melhor documentário. O filme tem o nome internacional de "Waste Land".

Revista Veja  
5/fevereiro/2011



## PODERES DEBATEM PACTO PARA MODERNIZAR JUSTIÇA

O Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal começaram a discutir, na semana passada, a terceira edição do Pacto Republicano, um acordo entre os três poderes pela aprovação rápida de projetos para modernizar a Justiça brasileira.

A lista das propostas ainda não está definida, pois depende de reuniões formais. Mas os juízes já têm mapeadas suas prioridades. Na última quinta-feira, o presidente da Associação de Juizes Federais (Ajufe), Gabriel Wedy, entregou ao presidente do Supremo, ministro Cezar Peluso, um relatório com demandas da categoria.

OAB/ Rio de Janeiro  
7/fevereiro/2011



# A energia é NOSSA

INSTALAÇÃO DE SUBESTAÇÃO PRÓPRIA COLOCA O EDIFÍCIO-SEDE I A UM PASSO DE SUBSTITUIR ANTIGO SISTEMA, ABASTECIDO PELO TSE, E ACABAR DE VEZ COM OS PICOS DE LUZ

RICARDO CASSIANO

Quinta-feira, 10 de fevereiro de 2011, quatro e meia da tarde. Enquanto esta reportagem começava a ser escrita, um imprevisto comprovou o quanto seu tema é importante. De repente, um *black* surgiu na tela do computador. Lá se foi a energia! A agitação dos servidores da Assessoria de Comunicação Social (Ascom) foi reação natural, seguida da pergunta inevitável, feita uns aos outros: “você perdeu alguma parte de sua matéria?” Felizmente a resposta da maioria hoje é “não”. A convivência com os constantes piques de energia gerou o hábito de “salvar”, a cada nova ação, os documentos editados no PC – rotina já incorporada, também, por centenas de servidores de vários outros setores do Tribunal afetados pela instabilidade da rede elétrica. Mas essa preocupação tem dias contados.

A nova subestação do Tribunal deve entrar em operação nas próximas semanas. Localizada atrás do restaurante, a central subterrânea, que começou a ser construída em setembro do ano passado, está praticamente finalizada. O trabalho de engenharia civil foi concluído no início de fevereiro. Faltam apenas alguns ajustes na montagem eletromecânica. “Após esta montagem, serão lançados os novos ramais alimentadores entre a subestação e o quadro geral de entrada de energia do prédio”, explica o diretor da Divisão de Engenharia e Manutenção (Dieng), José Murilo Cruz Brito.

Um dia após a chegada de todas as máquinas de captação e distribuição de energia, 9 de fevereiro, o presidente do TRF da 1.ª Região Olindo Menezes visitou as instalações, acompanhado de assessores e diretores de secretaria. A equipe se inteirou a respeito dos equipamentos, custos e funcionamento da subestação, que vai garantir energia ao

Edifício-Sede I por, pelo menos, 30 anos. Na avaliação do presidente, a obra, apesar de transcorrer sem alarde e passar despercebida pela maioria dos servidores, é de extrema importância. “Nós estamos no limite (de energia) há muito tempo. Pra nossa felicidade, nós não completamos nem um ano de gestão e vemos que daqui a 20 dias essa subestação estará pronta”, enfatizou Olindo Menezes.

Os aparelhos instalados pela Companhia Energética de Brasília (CEB) estão entre os mais modernos disponíveis hoje e são capazes de distribuir até 2.000 amperes de energia – suficiente para suprir o consumo de aproximadamente 60 casas de médio tamanho. Ao todo, três transformadores vão trabalhar em conjunto. Caso um deles apresente falha, será automaticamente substituído pelos demais. “Os três funcionam em paralelo, mas com uma reserva de contingência para que dois suportem toda a demanda do Tribunal”, reforça o superintendente de obras da CEB, Dalmo Camilo.

Atualmente, o Edifício-Sede I é abastecido pela subestação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que também atende ao Superior Tribunal Militar (STM) e ao próprio TSE. Com a segmentação, o volume total de energia entregue ao edifício não ultrapassa 1.200 amperes. Pouco para abastecer todo o prédio, que demanda, em situações normais, cerca de 800 amperes. Durante os momentos de pico no consumo, a consequência do baixo fornecimento é a queda de energia, muitas vezes generalizada. Fato que obrigou o Tribunal, entre outras medidas, a racionar o uso do ar condicionado.

**Histórico** – A construção de uma subestação própria é assunto debatido há anos em reuniões administrativas do





Equipamentos de última geração vão garantir energia nas próximas três décadas

A subestação foi construída numa galeria subterrânea, ao lado do Tribunal: livre de sabotagem e vandalismo



FOTOS: BRITO JÚNIOR



Engenheiro da CEB apresenta novas instalações à diretoria do Tribunal

## COMO FUNCIONA

Atualmente, há cerca de 600 subestações semelhantes à do TRF em todo o Distrito Federal. Os transformadores recebem a energia de alta tensão, de 13.800 volts (13,8 kv), e “baixam” para 380 volts, “entre fases”. Por meio de ligações ajustadas na corrente elétrica, a central fornece aos usuários os 220 volts “monofásicos” compatíveis com os produtos que são ligados na tomada.

Tribunal. Várias gestões tentaram implantar o novo sistema, mas os empecilhos sempre se sobrepunham às iniciativas. “É um projeto antigo que vinha sendo postergado por várias questões, inclusive a financeira”, lembra o presidente Olindo Menezes. Em 2005, a situação começou a ficar insustentável. “Em função do aumento no consumo de energia, causado principalmente pela instalação de novos equipamentos de informática e aparelhos de ar condicionado, ocorreram desligamentos do disjuntor geral de proteção do edifício”, conta Matuzalém Braga dos Santos, supervisor da Seção de Manutenção Elétrica (Selet/Dieng). Na época, os primeiros cortes em toda a rede passaram a prejudicar magistrados e servidores.

Em 2007, o Tribunal deu início às articulações, junto ao Governo do Distrito Federal (GDF), para a construção da subestação. Mas não havia consenso quanto ao local onde a obra seria feita. Por determinação dos órgãos fiscalizadores, entre eles o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a central não poderia ser fixada acima do solo, devido ao tombamento de Brasília. No primeiro momento, cogitou-se usar uma área do estacionamento. Mas a ideia logo foi descartada.

Após dois anos de negociação, o GDF cedeu a área ao lado do Tribunal para ser ocupada definitivamente pela subestação subterrânea – mais imune ao risco de sabotagem e vandalismo. O contrato n.º 097, de 2009, foi finalmente firmado com a CEB, em novembro daquele ano, e as obras começaram no dia 27 de setembro de 2010. Com prazo de execução estipulado em seis meses, a central deve ser totalmente concluída até o dia 27 de março. O prazo para a ligação de toda a rede, contudo, ainda não foi definido pela Seção de Manutenção Elétrica do TRF. Isso porque a adaptação do quadro geral de energia para o novo sistema só pode ser feita em parceria com a CEB, que ainda não agendou o serviço. ■



FOTOS: BRITO JÚNIOR

# 2,2 mil processos em 22 dias

RESULTADO OBTIDO NO PRIMEIRO MÊS DO MUTIRÃO “JUDICIÁRIO EM DIA” SINALIZA POSITIVAMENTE QUANTO AO DESAFIO DE JULGAR MAIS DE 50 MIL AÇÕES EM UM SEMESTRE

▼ RICARDO CASSIANO

O Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região fechou o mês de fevereiro com mais de 2,2 mil processos julgados no “Mutirão Judiciário em Dia”. O projeto é coordenado pelo TRF, em parceria com a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho da Justiça Federal (CJF), e objetiva agilizar a conclusão de ações que permanecem pendentes de julgamento. Desde o dia 7 de fevereiro, 14 juízes federais fazem sessões semanais nas sete turmas suplementares criadas pelo mutirão.

O desafio é expressivo: julgar mais de 53 mil processos em apenas seis meses. As ações selecionadas são alvo da Meta 2 do CNJ, que pretende descongestionar o acervo dos

tribunais e garantir celeridade na prestação jurisdicional. A meta de 2009 prevê a apreciação de todos os processos protocolados até 31 de dezembro de 2005, e a de 2010 visa solucionar os processos ingressos até o fim de 2006. Cada magistrado convocado para integrar o mutirão recebeu, em média, 3,8 mil processos para liquidar no decorrer do semestre. As matérias partiram das turmas que integram a primeira, terceira e a quarta seção do Tribunal. Apenas os processos criminais e seus incidentes ficaram de fora do “Judiciário em Dia”.

Após participar de uma das sessões da 1.<sup>a</sup> Turma Suplementar, que julgou mais de 280 processos de natureza

previdenciária no dia 24 de fevereiro, o presidente da turma, desembargador federal Francisco de Assis Betti, manifestou otimismo quanto aos primeiros resultados do mutirão. “Temos uma carga de 27 mil processos em cada gabinete. Então sentimos que o serviço está andando e que o jurisdicionado vai ficar satisfeito”, afirmou.

## Avaliação

No dia primeiro de março, o presidente Olindo Meneses fez uma reunião de avaliação do projeto com os magistrados convocados e demais envolvidos na organização do evento. O objetivo foi buscar soluções para questões de ordem operacional, como a escassez de servidores e de espaço para abrigar o acervo de processos distribuídos aos juízes convocados. “Da minha parte nunca faltará entusiasmo e vontade para resolver os problemas”, garantiu o presidente. “Acho que o mutirão está sendo um sucesso. Temos problemas, mas todos estão sendo administrados”.

O diretor-geral do TRF, Felipe dos Santos Jacinto, fez uma breve explanação sobre as providências adotadas pela Administração do Tribunal para possibilitar a consecução do projeto, desde o início. Ele ressaltou que a falta de espaço é uma das dificuldades mais sérias. Para contornar o problema, o Mutirão continuará a ocupar duas salas da Escola de Magistratura Federal da 1.ª Região (Esmaf), além de utilizar espaços disponíveis no subsolo do Edifício Dona Marta, em Brasília.

Durante a reunião, o juiz coordenador do Mutirão no TRF/ 1.ª Região, Saulo Casali, compartilhou experiências vivenciadas em visita ao TRF da 3.ª Região, ponto de partida do projeto. “Eles iniciaram o mutirão em setembro do ano passado e já reúnem um acervo de soluções que não teria sentido nós desconhecermos aqui”, afirmou. Entre as sugestões apresentadas pelo magistrado, a serem adotadas também na Primeira Região, está a de criar uma secretaria única de apoio permanente ao mutirão – já implantada pela Resolução Presi/Cenag n.º 1, do dia 4 de março. A unidade poderá centralizar as tarefas administrativas, atualmente desempenhadas pelos servidores que trabalham nos gabinetes dos juízes convocados, e dar mais celeridade à atividade judicante.

Ao fazer uma comparação entre os números obtidos



Presidente Olindo Meneses, magistrados e dirigentes durante reunião avaliativa do mutirão

na 1.ª e na 3.ª Região, o coordenador destacou a representatividade dos mais de dois mil processos julgados em Brasília. “A produtividade que alcançamos em três semanas, quando as rotinas estão ainda se ajustando, é equivalente à da 3.ª Região atual. Então acredito que vamos bater as metas que nos propusemos a alcançar”. O desembargador federal Vladimir Passos de Freitas, assessor da Corregedoria do CNJ, também demonstrou satisfação com os primeiros resultados, a despeito do pouco tempo de familiaridade com o mutirão, e projetou avanço para os próximos meses. “O primeiro mês é a pior fase porque todo mundo ainda está se adaptando, os próprios juízes estão se adaptando. Depois de três meses flui muito melhor”, avaliou.

As novas práticas adotadas durante o mutirão serão protocolizadas e poderão se disseminar nos outros tribunais regionais federais. Para isso, os gabinetes que participam do “Judiciário em Dia” serão monitorados por seis meses após o término dos trabalhos, pela Corregedoria, que deve decidir se as novas rotinas serão definitivamente implantadas. Para Vladimir Freitas, trata-se de uma forma de se atingir melhores padrões de gestão processual. “Tem que mudar os hábitos, se adaptar ao novo sistema, usufruir essa tecnologia toda que está sendo oferecida hoje. Não é só julgar esses processos,

é muito mais do que isso, é introduzir novas práticas modernas”, afirmou o assessor.

## Mudanças

Conforme previsto na Resolução Presi/Cenag n.º 25, do dia 18 de novembro de 2010, que disciplinou o funcionamento do mutirão no TRF da 1.ª Região, o presidente Olindo Menezes editou nova norma para adequar o funcionamento das turmas suplementares às necessidades levantadas na primeira reunião. A Resolução Presi/Cenag n.º 1, de 4 de março, estipula regras mais claras quanto à cessão de servidores para auxiliar os desembargadores e os juízes federais convocados, além de criar a Secretaria-Executiva, proposta pelo coordenador do mutirão, para unificar a atuação dos gabinetes envolvidos.

O texto também disciplina a nova frequência das sessões de julgamento das turmas, que deverão ocorrer uma vez por semana, com possibilidade de convocação extraor-

dinária, inclusive em finais de semana. Todas as turmas terão a produtividade mensal divulgada na página eletrônica do Tribunal, com a descrição do desempenho individual de cada juiz convocado. E, a partir de agora, os feitos previdenciários terão prioridade na pauta de julgamento dos processos da Primeira Turma.

Por fim, a resolução determina a padronização de todos os documentos processuais emitidos pelas turmas do mutirão. Com isso, relatórios, votos, ementas, decisões e sinopses de julgados serão elaborados com mais facilidade e agilidade, e os serviços de apoio terão o compartilhamento simplificado.

Além da participação do CJF, do CNJ e do TRF/1.ª, como coordenadores, o mutirão “Judiciário em Dia” envolveu a do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), que indicaram juizes para representá-los na condução dos trabalhos. ■

## Conheça as turmas suplementares do mutirão “Judiciário em Dia”

Seção	Turma	Natureza (principais)	Juiz federal convocado	*Presidente (desembargador federal)	Processos (por turma)
1ª	1.ª TS	Previdenciária	Mark Yshida Francisco Ferreira	- Ângela Catão - Mônica Sifuentes	6.789
	2.ª TS	Previdenciária	Rosimayre Carvalho Rogéria Debelli	- Francisco de Assis Betti - Neuza Maria Alves	6.247
	3.ª TS	Previdenciária	Miguel Lopes Adverci Abreu	- Selene de Almeida - Reynaldo Fonseca	6.665
3ª	4.ª TS	Habitação e FGTS	Vallisney Oliveira Jamil Oliveira	- João Batista Moreira - Fagundes de Deus	5.646
	5.ª TS	Habitação e FGTS	Rodrigo Oliveira David Pardo	- Carlos Moreira Alves - Daniel Paes Ribeiro	5.206
4ª	6.ª TS	Tributária e financeira	Leão Alves André Vasconcelos	- Tolentino Amaral - Catão Alves	10.397
	7.ª TS	Tributária e financeira	Saulo Casali Carlos Martins	- Maria do Carmo Cardoso - Souza Prudente	10.149

As turmas suplementares serão presididas, em sistema de rodízio, pelos integrantes da 1.ª, 3.ª e 4.ª Seção. Os desembargadores Federais Jirair Aram Meguerian e Leonar Amorim atuarão como suplentes em qualquer turma.



# TRF promove seminário sobre Gestão de Custos

INICIATIVA PREVÊ A SENSIBILIZAÇÃO DE GESTORES

BRITO JUNIOR

▼ VICTOR BRANDÃO

O Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região, com apoio da Unicorp e da Comissão Sigcustos, realizou, no dia 25, o seminário “Gestão de Custos: Conceitos, Importância e Aplicabilidade na 1.<sup>a</sup> Região”. O evento objetivou a sensibilização da Alta Administração e dos gestores quanto à importância da gestão de custos no alcance de resultados, aumento da eficiência, como ferramenta de apoio ao processo decisório e melhoria da performance da gestão.

O diretor-geral, Felipe dos Santos Jacinto, discursou na solenidade de abertura (foto), sobre a qualidade da prestação jurisdicional inserida em uma relação custo-benefício que seja vantajosa para a sociedade. “É imprescindível adotar procedimentos para avaliar e acompanhar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial desta Corte e das seções e subseções judiciárias, além de controlar os valores transferidos e os custos das diversas ações desenvolvidas”, afirmou.

O evento versou sobre a gestão de custos, os conceitos a ela relacionados, importância e aplicabilidade na Justiça Federal da 1.<sup>a</sup> Região (1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> graus – Tribunal, seccionais e subseções).

Na primeira palestra da manhã, o professor Márcio Gonçalves, especialista em consultoria de custos, ministrou o tema: “Gestão de Custos – a mudança da performance da gestão”. Ele versou a respeito dos conceitos, necessidades, importância e aplicabilidade de um sistema de custos nas organizações públicas. O professor propôs a criação do “Observatório de Custos”, grupo dedicado a gerar conhecimento que subsidie

o debate relacionado aos gastos da instituição.

Abrindo os trabalhos no período da tarde, o professor Dálvio José Berto, perito em custos em organizações públicas, discorreu sobre como cortar gastos nas instituições. “O primeiro passo é identificar a origem da despesa, de forma precisa e transparente, para, depois, programar o orçamento em cima destes dados”, ensinou.

Sucedendo o professor, a organização do seminário trouxe dois casos de sucesso relacionados ao controle dos custos nas organizações, o do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e o da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais.

Para o presidente da Comissão do Sigcustos, Márcio Albuquerque, o evento cumpriu o papel esperado. “Acredito que alcançamos o objetivo deste evento. A gestão de custos é um tema atual, abrangente e se tornou necessidade nas organizações públicas que pretendem alcançar o avanço da gestão, transparência de seus procedimentos, redução de seus custos com aumento de sua eficiência. Hoje já é iniciativa nas várias esferas dos três poderes de governo”.

A Comissão do Sigcustos foi criada pela Portaria Diges/Secor 614, de 14 de dezembro, e vem desenvolvendo estudos para a implantação do Sistema de Informações Gerenciais de Custos no TRF e na Justiça Federal da Primeira Região. O evento faz parte de uma das ações em cumprimento ao objetivo n.º 3 do Mapa Estratégico da Justiça Federal referente à temática da eficiência operacional “Racionalizar a gestão de custos operacionais”. ■



## Processo eletrônico já está funcionando em três seccionais da 1.ª Região

SEÇÕES JUDICIÁRIAS DO ACRE, MARANHÃO E TOCANTINS PASSAM A TRABALHAR COM PROCESSOS JUDICIAIS EM MEIO DIGITAL

CHICO CAMARGO

Em prosseguimento ao cronograma de instalação do Processo Digital (e-Jur) da Justiça Federal da 1.ª Região, a equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin) do TRF visitou três seções judiciárias entre os dias 27 de janeiro e 26 de fevereiro.

Nesse período, as seccionais do Acre, Maranhão e Tocantins receberam os novos sistemas desenvolvidos pela Secin, bem como o necessário treinamento para operação do e-Jur, ministrado por técnicos daquela secretaria a magistrados e

servidores.

Para o mês de março, o cronograma prevê a instalação do sistema de processo digital em três varas cíveis da Seção Judiciária de Rondônia, entre os dias 19 e 25.

**e-Jur no Acre** – Na Seção Judiciária do Acre, os trabalhos começaram em 26 de fevereiro para instalação do sistema em três varas cíveis. Segundo informes da Secin, após os procedimentos de instalação dos *softwares* operacionais do e-Jur, magistrados e servidores participaram de atividades de trei-



namento para conhecer e trabalhar com o novo modelo de processo. Assim, já no dia 28 de fevereiro, aquela seccional passou a integrar o sistema de processo digital da 1.ª Região ao distribuir eletronicamente um mandado de segurança.

**e-Jur no Maranhão** – Entre 14 e 18 de fevereiro, foi a vez da Seção Judiciária do Maranhão de se integrar ao novo sistema. Essa foi a segunda seccional sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região a implantar o e-Jur em 2011.

Segundo relatório de atividades emitido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal, responsável pela implantação do sistema digital na 1.ª Região, os trabalhos pela instalação dos programas na sede da Seccional, em São Luís, começaram entre os dias 9 e 11 de fevereiro. No total, quatro varas – uma agrária e três cíveis – foram contempladas com o e-Jur.

No dia 14, houve a apresentação do sistema para os funcionários. Em seguida, treinamento operacional para magistrados e servidores, culminando com a distribuição de processos já digitalizados, das classes de mandado de segurança e ações monitorias. Assim, no dia 16 de fevereiro, o juiz federal titular da 6.ª Vara Cível, Nelson Loureiro dos Santos, assinou a primeira sentença por meio de certificação digital.

**e-Jur no Tocantins** – Os trabalhos de implantação do e-Jur em 2011 tiveram início no dia 27 de janeiro, na Seção Judiciária de Tocantins, quando foram instalados e configurados os softwares e equipamentos em duas varas cíveis. No dia 31, houve a apresentação do novo sistema aos servidores e o treinamento operacional dos magistrados e diretores de secretaria. Entre os dias primeiro e 4 de fevereiro foram treinados os servidores das varas cíveis, já com os processos distribuídos.

Naquela seccional, participaram dos treinamentos os magistrados José Godinho Filho (diretor do Foro), Marcelo Alber-

naz (Vice-diretor do Foro) e juiz federal substituto Bruno César Bandeira Apolinário, além de 25 servidores.

Para o juiz federal Marcelo Albernaz, vice-diretor do foro do Tocantins, “o sistema tem funcionado bem e a expectativa é de que ele contribuirá para a celeridade dos processos em virtude da desnecessidade de certos atos, como juntada de documentos e recebimento de autos em secretaria”.

O cronograma dos procedimentos de instalação havia sido suspenso por meio da Resolução Presi/Cenag 13, em 10 de maio de 2010, e prorrogado, mais tarde, pela Resolução 20, de 13 de agosto. Este último documento determinou como prazo máximo o mês de julho de 2011 para que um novo cronograma fosse estabelecido.

O TRF e as seções judiciárias do Distrito Federal e de Goiás foram os primeiros a operar o novo sistema, quando de sua fase de projeto piloto, entre fevereiro e março de 2010. Hoje, o sistema está definitivamente implantado.

A inovação, que seguirá sendo implantada de acordo com cronograma próprio e com o treinamento operacional de magistrados e servidores, tem entre seus objetivos oferecer melhores serviços aos jurisdicionados por meio do aprimoramento dos processos de trabalho e inovações tecnológicas, tornando, assim, mais fácil e rápido o acesso à Justiça. ■

Para mais informações, consulte os manuais e normas disponíveis nas páginas do e-Proc e do e-Jur.

<http://www.trf1.jus.br/Processos/ePeticao/>

<http://www.trf1.gov.br/Processos/ProcessoDigital/>

# e-Jur



# Auxílio ortodôntico é instituído pelo Pro-Social

Conselho Deliberativo aprova proposta para concessão do benefício

▼ MARCELA CORREIA

A concessão de auxílio para tratamento ortodôntico aos beneficiários do Pro-Social foi instituída por meio da Portaria/Presi/Secbe n.º 81, publicada no Boletim de Serviço n.º 27 de 14/02/2011.

A proposta, que atende reivindicação antiga dos beneficiários, foi apresentada pelo diretor da Secretaria de Bem-Estar Social, Marcos Dias, após estudos efetuados pela Secretaria, e aprovada por unanimidade na primeira sessão do Conselho Deliberativo de 2011, que aconteceu no dia 9 de fevereiro, às 10h. "Todos os titulares e seus dependentes inscritos no Pro-Social terão direito ao auxílio, em toda a 1.ª Região", afirmou Dias. Não estão, porém, contempladas a instalação do aparelho e a manutenção realizada em data anterior à publicação da norma.

Tecnicamente, o auxílio ortodôntico será prestado na modalidade de Assistência Indireta de Livre Escolha. Na prática significa dizer que a escolha dos profissionais será livre, não havendo credenciamentos nessa especialidade.

A cobertura será feita por meio de reembolso não integral dos serviços prestados no tratamento, "após auditoria inicial e final por parte das unidades de odontologia da 1.ª Região", alerta Marcos Dias, "e de acordo com a comprovação da despesa (recibo/nota fiscal), no limite constante do

anexo da portaria que versa sobre a matéria, cabendo a incidência do custeio de 20% sobre os valores reembolsados". Esta participação será descontada em folha de pagamento, por meio de parcelas mensais, que não serão superiores a 10% da remuneração do beneficiário, deduzidos o Imposto de Renda e o Plano de Seguridade Social do Servidor.

De acordo com a portaria, a cobertura na especialidade de ortodontia se restringe aos códigos e tipos de aparelhos previstos na Lista de Procedimentos Odontológicos do TRF – LPO/TRF, devendo, as demais despesas, independentemente da necessidade, ser totalmente custeadas pelo beneficiário, como reparo ou substituição de aparelho danificado, quebrado ou perdido.

O regulamento estipula que cada beneficiário poderá solicitar o reembolso de instalação de aparelho específico uma única vez, no período de trinta e seis meses. Com relação às manutenções de aparelhos ortodônticos fixos ou de contenção, estão limitadas a 36 sessões com periodicidade mensal.

Vale informar aos pacientes que desejarem interromper por opção o tratamento, que a portaria prevê a perda do direito a um novo aparelho, além da restituição ao Programa do valor reembolsado. ■



### Qual a função dos aparelhos ortodônticos?

Os aparelhos ortodônticos são dispositivos fixos ou removíveis utilizados com a finalidade de obter um bom posicionamento dos dentes e das arcadas dentárias, auxiliando na correção de má oclusão. Além disso, eles podem ser utilizados para alterar o crescimento das bases ósseas.

### Quais são os tipos de aparelhos existentes? E para que casos são indicados?

Os aparelhos ortodônticos fixos podem ser metálicos tradicionais ou cerâmicos, estes últimos, empregados por razões estéticas. Existem aparelhos removíveis, indicados para problemas dentários menos complexos ou correções ortopédicas, atuando nas estruturas ósseas, ou seja, na maxila e na mandíbula. Existem ainda expansores da arcada superior, utilizados em caso de estreitamento da maxila e ainda aparelhos próprios para a remoção de hábitos bucais inadequados, como a sucção do dedo polegar.

### O paciente sente sintomas e dores físicas que indiquem o uso do aparelho? Quais seriam?

Embora os sintomas ou dores não estejam presentes na maioria dos casos que necessitam de correção ortodôntica, alguns pacientes podem relatar dores em dentes específicos, decorrentes de sobrecargas advindas do mal posicionamento dos dentes. Outros pacientes precisam de uma abordagem multidisciplinar, notadamente os pacientes que relatam dor na articulação da mandíbula (ATM) e apresentam distúrbios temporomandibulares (DTM), dores musculares e de cabeça. Ainda existem casos cuja solução pode passar pela cirurgia ortognática para sua finalização ou, ainda, prévia ao tratamento ortodôntico.

### De quanto em quanto tempo é feita a manutenção desses aparelhos?

Normalmente a manutenção ortodôntica é feita uma vez por mês, mas, dependendo do procedimento a ser executado, ou ainda de uma necessidade específica de determinado caso, essa periodicidade pode ser com menor ou maior espaço de tempo.

### Por quanto tempo uma pessoa deve usar aparelho ortodôntico?

O tempo de tratamento vai depender da complexidade do caso. Em média, os tratamentos ortodônticos corretivos são executados no prazo de 24 a 36 meses.

### Há um limite de idade para colocar aparelho e dele fazer uso?

A indicação clínica é o principal fator determinante na abordagem de má oclusão. No entanto, crianças muito jovens, com idade em torno de cinco anos ou adultos com idade avançada, requerem melhor avaliação e um bom senso do profissional na decisão de tratar ou não aquele paciente, levando-se em consideração a relação custo-benefício do tratamento proposto e o bem-estar do paciente em questão.

### Que alimentos o paciente deve evitar? Há alguma restrição?

Normalmente o paciente que está se submetendo a um tratamento ortodôntico é orientado a reduzir a ingestão de açúcares, nas suas diversas formas, tais como doces, balas, chicletes, biscoitos ou refrigerantes, devido ao elevado risco de cáries, que pode se manifestar como cavidades ou manchas brancas no dente. Também alimentos muito duros podem levar à quebra de algum acessório do aparelho ortodôntico e, portanto, devem ser evitados.

### Como deve ser feita a higienização dos aparelhos?

Os aparelhos ortodônticos fixos devem ser higienizados imediatamente após cada refeição, utilizando-se escova macia, fio dental com o auxílio de um passa-fio descartável e ainda com o auxílio de escovas interdentais. Alguns casos necessitam de cuidados especiais, como bochechos com soluções antissépticas ou, ainda, contendo flúor, em casos de descalcificações no esmalte. No caso de aparelhos removíveis, fazer a higienização normal do aparelho com escova e pasta dental, lembrando-se de escovar os dentes antes de colocar o aparelho de volta à boca.



**Claudio José Ramos é odontologista do STF e especialista em Ortodontia e Ortopedia Facial. Diplomado pelo Board Brasileiro de Ortodontia e Ortopedia Facial e, atualmente, presidente da Abor/DF**  
**E-mail: claudiojr@stf.jus.br**

## BAHIA

## Mutirão da conciliação nos processos de SFH



SECOS/BA

A Seção Judiciária da Bahia está coordenando, sob a orientação do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, a realização de mais um mutirão de conciliação dos processos relativos ao Sistema Financeiro da Habitação, e conta com o apoio do CNJ, do CJF e da EMGEA. O evento já tem datas marcadas: de 16 de março a 19 de abril, na Seccional.

Para tanto, foi feita, em 18 de fevereiro, mais uma reunião preparatória, que contou com a presença do desembargador federal Reynaldo Fonseca, da diretora do Foro, juíza Cynthia Lopes, e do juiz federal em auxílio ao CNJ, Erivaldo dos Santos. Entre os participantes estavam o chefe do Jurídico da Caixa, Paulo Ritt, e o diretor da EMGEA, Eugen Filho.

A coordenadora do mutirão na seccional, Ana Carolina Fernandes, conta com o apoio e suporte administrativo fornecido pela Direção do Foro. O objetivo do mutirão é priorizar a solução desses litígios por meio da conciliação, de forma a resolver problemas com financiamentos habitacionais firmados com a Caixa Econômica Federal em décadas passadas que ainda hoje afligem muitos brasileiros, mutuários do antigo SFH. A expectativa dos organizadores é que sejam realizadas cerca de 800 audiências para julgar processos relacionados a contratos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) firmados antes de 1995.

## DISTRITO FEDERAL

## SJDF preocupada com as condições de trabalho de seu pessoal



ANDRÉ ALBUQUERQUE

A Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), por meio de seu programa de qualidade de vida Pro-Bem, vem desenvolvendo projeto de elaboração do diagnóstico ergonômico funcional das unidades do órgão. A ergonomia busca adequar os equipamentos disponíveis e a realidade física laboral às necessidades de cada indivíduo – um atendimento personalizado. O objetivo é proporcionar melhores condições de trabalho ao corpo funcional, prevenindo distúrbios osteomusculares.

Para a identificação dos pontos críticos nos postos de trabalho, as unidades da SJDF recebem visita de profissionais especializados em ergonomia, acompanhados da servidora responsável pelo Pro-Bem, Maria José Ferro Seabra Nunes. Os especialistas oferecem orientação sobre a postura correta e o manuseio adequado de equipamentos. Também são analisados aspectos ambientais, como iluminação, acústica, temperatura e outros.

Está prevista para os próximos meses a implantação de sessões de ginástica laboral nas próprias unidades.

## GOIÁS

### Subseção de Aparecida de Goiânia recebe terreno para construção de sede própria



Solenidade realizada no dia 10 de fevereiro representou o marco inicial de futura mudança para a Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia. O evento formalizou a doação, pela prefeitura municipal, de terreno com 4.640,38 m<sup>2</sup> de área, destinado à construção da futura sede da subseção. O terreno está localizado no loteamento residencial Solar Park.

Representando a Justiça Federal da 1.ª Região, estiveram presentes o diretor do foro da Seção Judiciária de Goiás, juiz federal Carlos Augusto Tôrres Nobre, e os juízes federais da Subseção de Aparecida de Goiânia, Paulo Ernane Moreira Barros e Gabriel Brum Teixeira.

Em discurso, o prefeito de Aparecida de Goiânia, Maguito Vilela, destacou a importância e a credibilidade da Justiça Federal, não só em Goiás, mas também em todo o país. Disse que a consolidação da Justiça Federal no município pavimentará a construção desse futuro.

O diretor do foro da Seção Judiciária de Goiás, Carlos Nobre, agradeceu ao prefeito e aos vereadores que aprovaram a Lei Municipal n.º 2.944, de 15 de dezembro de 2010, legalizando a doação do terreno, e anunciou que o prédio a ser construído deverá prever a criação de outras varas, para corresponder à demanda da crescente população aparecidense.

O evento foi prestigiado por secretários do município, vereadores e servidores da Justiça Federal, que plantaram mudas de ipê no terreno, simbolizando o começo de uma nova fase na história da Justiça Federal em Aparecida de Goiânia.

## MARANHÃO

### Seção Judiciária do Maranhão quer assegurar acessibilidade

Foi instituída pela Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Maranhão a Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade. Presidida pelo supervisor da Seção de Segurança, Vigilância e Transporte, Paulo Roberto Caldeira, a comissão é composta ainda por servidores de outras áreas, como a de serviços gerais, recursos humanos e a judiciária.

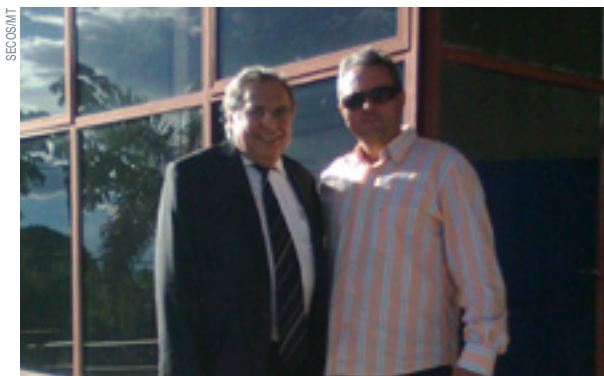
O objetivo da comissão é levantar e identificar situações que recomendem a remoção de barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e atitudinais, a fim de promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiências nas dependências da seccional.

Também é papel da comissão promover a conscientização dos servidores e usuários da Justiça da importância da acessibilidade no exercício de direitos, além de propor e elaborar projetos direcionados à promoção da acessibilidade.

A instituição da Comissão de Acessibilidade atende a Recomendação n.º 27 do Conselho Nacional de Justiça.

## MATO GROSSO

### Diretor do Foro visita Barra do Garças



SECOSJMT

O diretor do foro da SJMT, juiz federal José Pires da Cunha (na foto, à esq.), visitou a cidade de Barra do Garças, no dia 24 de fevereiro, para assinar (como anuente cessionário) o contrato de aluguel do prédio que abrigará a Subseção Judiciária naquele município. Na ocasião, foi recepcionado pelo representante do prefeito, Edmar Rodrigues de Souza Junior, e conheceu as instalações do edifício que possui espaço físico suficiente para receber satisfatoriamente uma vara federal. No mesmo dia, o magistrado visitou o fórum da Justiça Estadual, onde foi recebido pelo diretor de foro Otávio Vinicius Affi Peixoto e pelo juiz da 4.ª Vara Cível, Milton Pelegrini. Nesse contato ficou acordado que as autoridades locais encaminharão dados estatísticos relativos a processos que tramitam naquela comarca e que são de competência da Justiça Federal.

## MINAS GERAIS

### Obras de instalação de varas de Manhuaçu e Muriaé estão em andamento



LUCIANO ADJARE

O juiz federal diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, Itelmar Raydan Evangelista, visitou, pela segunda vez, os municípios de Manhuaçu e Muriaé, nos dias 16 e 17 de fevereiro, respectivamente. A visita teve por objetivo vistoriar as obras já iniciadas nos imóveis que acolherão as futuras instalações das subseções da Justiça Federal. A etapa atual tem previsão de conclusão em abril (Manhuaçu) e maio (Muriaé).

Em Manhuaçu, o prédio escolhido está passando por obras de adaptação. Na cidade de Muriaé, o imóvel que abrigará a subseção da Justiça Federal está em fase de construção (foto). Ambos os projetos foram efetuados sob a supervisão dos técnicos do Nuasg (Núcleo de Administração e Serviços Gerais) da Seção Judiciária de Minas Gerais.

Durante a visita às cidades, o juiz Itelmar Evangelista reuniu-se com os prefeitos municipais, com representantes da OAB e juízes das comarcas locais. Na oportunidade, ele informou as autoridades sobre o andamento das obras e sobre a proposta de jurisdição das novas subseções, que já foi submetida à apreciação do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região. A expectativa é que as subseções sejam inauguradas até setembro deste ano.

## PARÁ

### Mutirão em Marabá homologa acordos de mais de R\$ 10 milhões

MARCOLEITE/SSI DE MARABÁ



Mutirão realizado pelo JEF Adjunto da Subseção de Marabá, no *campus* da Uepa, de 7 a 12 de fevereiro, resultou no julgamento de 2.808 processos, dos quais 1.848 tiveram acordos com efeitos retroativos, homologados por 12 magistrados.

As ações apreciadas durante o mutirão foram decorrentes, em sua maioria, de pedidos de aposentadoria feitos no âmbito administrativo, perante o INSS, mas negados por motivos como falta de documentos e falta de provas da qualidade de segurado especial. Segundo a Secretaria do Juizado, o valor total dos acordos referentes aos 1.848 processos foi de R\$ 10.124.060,24, que serão destinados, em sua quase totalidade, aos trabalhadores de baixa renda residentes em áreas rurais de vários municípios do sul do Pará, que aproveitam os mutirões para reclamar, perante a Justiça Federal, o pagamento de benefícios previdenciários.

Além do diretor da Subseção de Marabá, juiz federal João César Otoni de Matos, participaram da equipe de trabalho mais 11 magistrados. Dez servidores da Justiça Federal, 30 estagiários e prestadores de serviços atuaram de forma voluntária. O mutirão contou ainda com a colaboração de procuradores do INSS e defensores públicos federais. O Exército Brasileiro, por meio da 23.ª Brigada de Infantaria de Selva, deu apoio logístico, com 40 militares, ao mutirão. A Prefeitura Municipal de Marabá, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Vale também colaboraram.

## TOCANTINS

### Efetivada correição geral na seccional de Tocantins

SECOSITO



No período de 7 a 11 de fevereiro, o corregedor regional da Justiça Federal da 1.ª Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, acompanhado dos juízes federais em auxílio à Corregedoria Regional, Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo e César Cintra Jatahy Fonseca, e de equipe de servidores, esteve na Seção Judiciária do Tocantins e na Subseção Judiciária de Araguaína para a execução dos trabalhos de correição geral ordinária, abrindo, assim, o calendário de correições de 2011.

No encerramento dos trabalhos, dia 11, o corregedor agradeceu a colaboração de todos, destacando o bom funcionamento da Justiça Federal. Ressaltou a organização da seccional, sugerindo, apenas, maior atenção aos processos penais pendentes de devolução de cartas precatórias expedidas para a Justiça estadual, “para que a instrução criminal não perdure demasiadamente”.

Cândido Ribeiro falou, ainda, do elevado número de processos do Juizado Especial Federal pendentes de audiência, em decorrência da grande rotatividade de juízes na 3.ª Vara/JEF, e anunciou que “será verificada a possibilidade de se realizar um mutirão pela Coordenação dos Juizados”. O diretor do Foro, juiz federal José Godinho Filho, afirmou que o momento era de reflexão sobre como proporcionar mais celeridade à prestação jurisdicional. Ele destacou o esforço dos servidores ante o aumento da carga de trabalho e falou da grande responsabilidade que pesa sobre a Seccional com a instalação das novas subseções judiciárias, as quais precisarão de apoio.



## JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (Mutirões e itinerantes)

Oportunidade já tive de dizer que temos uma Justiça lenta, resultado da insuficiência e da má distribuição de recursos materiais e humanos e de um processo burocrático – complexo e formal. Clamava o povo, e ainda clama, por uma Justiça eficiente, célere, que evite se arrastem os autos, e envelheçam com as partes.

Para dar rapidez à Justiça surgiram os juizados, mas estes logo ficaram assoberbados. A demanda reprimida era, e é, grande. Os juizados começaram a se tornar “paquidérmicos”, abarrotados de processos. Era necessário fazer alguma coisa. O povo da roça ainda temia vir à Justiça.

Daí a ideia de se instituírem mutirões e itinerantes. É direito fundamental do homem ter acesso à Justiça. A Declaração Universal dos Direitos do Homem estabelece que: “Todo homem tem o direito de receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela lei”.

O mutirão é sistema de ajuda mútua para alcançar um determinado fim. No nosso caso, é para superar a quantidade de processos – processos que se vão acumulando com o tempo, em face da grande procura da população humilde, pobre e esquecida de nosso país. Com a prática do mutirão, procuramos enfrentar o desafio de diminuir o número de processos, atendendo com mais rapidez o jurisdicionado.

Quem tem fome de justiça quer rapidez, tem pressa. O homem, desde épocas remotas, utiliza-se do mutirão para diversos fins: plantar, construir moradias, hospitais,

escolas. Os índios têm um termo próprio para designar a cooperação e união de pessoas para executar vários tipos de ações, *puxirum*, que é o trabalho realizado por um grupo de pessoas que se unem para desenvolver uma atividade de roçado ou plantio. É exemplo de união entre os trabalhadores. Mutirão é, resumindo, cooperação e união de pessoas para planejar e executar ações. Terminam sempre em festa em face do êxito alcançado. É a comemoração.

Na Cojef (Coordenação dos Juizados Especiais Federais), a ideia do mutirão foi surgindo aos poucos, em razão do excesso de processos atrasados, de anos e anos. Cada vez mais se pensava numa forma de minorar o problema. As primeiras incursões envolviam o voluntariado, pessoas dispostas a colaborar sem serem recompensadas financeiramente.

A repercussão dos primeiros trabalhos fez com que o voluntariado fosse aumentando, partindo-se, por conseguinte, para a profissionalização. O número de mutirões foi crescendo, em razão do êxito alcançado, e se sucediam com mais frequência, renovando-se equipes servidoras, acrescidas das experiências anteriores em inovações e resolução mais rápida dos problemas.

O que se deduz é que esse trabalho pioneiro está servindo para mostrar como a Justiça pode ganhar, merecendo a confiança dos que a ela recorrem, principalmente os mais necessitados financeiramente. No mutirão, realizam-se as audiências e, em seguida, são proferidas as sentenças; se não puderem, por alguma dificuldade, ser prolatadas na hora, serão elaboradas no máximo em

trinta dias.

O Juizado itinerante é o deslocamento de juízes, servidores, procuradores das autarquias, defensoria pública, para exercitar a função jurisdicional em zonas mais distantes da sede da Justiça, para levar a justiça à população carente. É a Justiça indo até o pobre.

O itinerante é necessário, considerando as deficiências geográficas e econômicas, o elevado número de pessoas desassistidas de prestação jurisdicional célere e efetiva; considerando também a dificuldade ao acesso à justiça, seja pela distância ou pela precariedade e custos dos meios de transporte; considerando, ainda, o grande número de demandas a serem propostas.

Lembremos que a Constituição Federal assegura a todos os cidadãos o acesso à justiça, mas há cidadãos que não conseguem chegar à Justiça, vivem longe das sedes dos municípios. Consequência de tal desencontro é a tramitação, na Câmara dos Deputados, do PL 7822/10, que cria juizados especiais itinerantes, os quais atuarão, prioritariamente, em áreas rurais ou em locais de menor concentração populacional.

A Cojef tem promovido inúmeros itinerantes, inclusive fluviais. Em novembro do ano passado, em parceria com a Defensoria Pública da União e com Estado do Amazonas, realizamos um juizado itinerante para as populações ribeirinhas do Rio Negro, em barco do Estado do Amazonas, o Pixurum. O êxito foi enorme.

Para a realização de mutirões e itinerantes, o serviço é grande. Precisa-se de equipamentos de informática, computadores, internet, etc. É uma loucura! Faz-se necessário

dar lanche aos que procuram a Justiça, aos servidores e aos juízes. A quantidade de gente que chega da “roça” é enorme. É necessário que haja um grande disciplinamento. Juízes e servidores, nos itinerantes, sofrem em face da falta de acomodação. Temos sido, no entanto, auxiliados pelo Exército, Polícia Militar, Prefeituras, Estados, Sesi, SENAC, Ministério do Trabalho, Justiça Eleitoral. É um esforço concentrado.

Procuramos, aproveitando os mutirões e itinerantes, fazer uma ação global, com prestação de serviços médicos, registro civil, fornecimento de carteira de trabalho, de título de eleitor. Em um mesmo dia e local, é possível emitir documentos e receber atendimento médico e odontológico. Quem nunca teve certidão de nascimento ou título de eleitor, por exemplo, finalmente passa a fazer parte das estatísticas oficiais, passa a existir, tornando-se cidadão.

São feitas palestras educativas sobre diversas questões que afetam o povo. É um mutirão de serviços de utilidade pública e ações nas áreas de saúde, educação, lazer e cultura.

Enfim, trata-se de um evento único em que o direito de cada um, principalmente dos mais humildes, é dignificado e respeitado em todas as dimensões.

Os Juizados Especiais chegaram para dar dignidade ao cidadão! ■

\*Tourinho Neto, magistrado do TRF, é coordenador dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região



# Estabilidade financeira

# COM

Uma renda familiar acima de 15 mil reais. Com um valor assim é fácil entender que as famílias, no entusiasmo do consumo, se deixam levar pelos apelos de *marketing* das marcas famosas, dos restaurantes da moda, das viagens cada vez mais convidativas, carros novos e, quando se percebe, o orçamento familiar está comprometido e entra no vermelho.

Lembro-me de uma história que representa bem esse problema. Certa vez uma pessoa me procurou e pediu apoio, pois sabia das minhas habilidades de *coaching*. Começamos a desenvolver um trabalho para melhoria nessa área de sua vida. Em nosso primeiro encontro, perguntei em que centrava o problema. Ela justificou que tinha muitos gastos com três filhos e que a vida financeira estava um caos. Ela sabia quanto ganhava por mês, não tinha ideia dos gastos, tampouco sabia o quanto devia, somando grandes prestações oriundas da aquisição de bens. Quando recebia o salário, os débitos simplesmente caíam na conta, e entrava no cheque especial imediatamente. Perguntei há quanto tempo estava assim, ela disse que há mais de dois anos.

Talvez você já tenha visto algo assim acontecer, e, por mais que se deseje ajudar, emprestar dinheiro para alguém nessa situação será apenas um alívio momentâneo, pois o problema não está só no débito existente, mas reside principalmente na forma de gerenciar a vida.

A história acima não é um caso único. Existem tantas com detalhes diferentes, mas que, ao final, significam famílias vivendo uma realidade de consumo muito acima de suas possibilidades. A isso também chamam “viver de aparências”.

Vamos nos concentrar em Brasília, cidade predominan-

temente administrativa. Um servidor público, por exemplo, tende a ter um orçamento pessoal razoavelmente estável, o que permite fazer um planejamento de aquisições bastante previsível. Mas, se as novidades são tantas, os sonhos de consumo, caprichos, presentes, vida social são cada vez mais irresistíveis, os filhos crescem, e os brinquedos e mimos passam a ser celulares, computadores, carros de último modelo, universidade, viagens com os amigos, roupas de marca, restaurantes da moda, etc. Definitivamente, querer suprir essas “necessidades” leva a grandes problemas.

Sabemos que o salário não cresce proporcionalmente ao sonho de consumo. Este, sim, cresce muito mais! Então, como solução o servidor público pode usar um cheque especial disponível, com juros nem sempre baixos, ou existem facilidades incríveis para se conseguir um empréstimo consignado em folha (uma operação segura e conveniente para os bancos). Então se faz mais um empréstimo, depois outro, e outro, e, quando se vê, a renda está comprometida, não restando para despesas permanentes como alimentação, escola, gasolina, celular, às vezes aluguel! E, quando parece não existir solução, ainda é possível financiar o próprio carro com juros altíssimos, ou vender o que está quitado e comprar financiado um zero! Todas as soluções paliativas que ajudam a aumentar o tamanho e postergar o problema, sem resolvê-lo.

É dramático, mas é verdade. E acontece com mais frequência que se possa imaginar. As consequências desastrosas afetam a estrutura familiar, a saúde dos responsáveis e também o ambiente profissional indiretamente, pois aquele que durante o dia deveria se comprometer com o trabalho e



# comportamento comportamento comportamento portamento

alcançar metas, se dedica a pensar em seu problema. Torna-se improdutivo, irritadiço e mau colega de trabalho.

Diante dessa reflexão, convido você a responder a quatro perguntas fáceis e a pensar se está fora desse grupo: você sabe quanto sua família gasta com despesas recorrentes: aluguel, condomínio, escola, alimentação, telefone fixo e celular, gasolina e outras despesas? Qual o valor de suas dívidas fixas e quando elas terminam? Você economiza pelo menos 10% da sua renda\mês para uma eventualidade? Você tem um planejamento de contas em que escreve receitas e despesas e faz acompanhamento disso? Se você disse sim para todas elas, parabéns! Você está consciente da sua vida financeira. Contudo, se disse não para uma ou mais, você pode melhorar a sua gestão financeira e tirar benefícios disso!

Ao contrário do que muitos afirmam, os problemas financeiros não têm origem no baixo salário, mas sim na desproporção entre os gastos e a receita familiar. Não existe mágica. Se a conta não fecha, fazer um empréstimo é melhor que pagar multas ou juros de cheque especial ou usar o crédito rotativo do cartão de crédito; mas pode apenas postergar o problema que voltará maior em breve, caso os gastos não sejam contidos.

Para gerenciar melhor a vida financeira, é preciso inicialmente priorizar, reduzir e controlar gastos familiares. Controlar por si só não aumenta o dinheiro, mas aumenta a clareza sobre a situação. Naturalmente esse controle deve ser escrito, e vale ressaltar que existem planilhas ótimas que permitem visualizar os gastos semanais, mensais e anuais, e esses dados, registrados ao longo dos anos, geram uma visão histórica da própria evolução financeira.

Ser mais organizado é um ótimo começo, ao mesmo tempo deve-se substituir o gasto compulsivo por gasto planejado e sem exageros; deve-se alimentar expectativas congruentes com a renda, além de ensinar os filhos a manter um nível de consumo realista e, acima de tudo, seguir uma regra básica: “gastar menos do que se ganha”. Isso ajudará a criar equilíbrio e segurança para a família.

Ter uma vida financeira organizada gera um alívio que passa por controlar as finanças, ao invés de ser controlado por elas; de descobrir o prazer de escolher e comprar o que gosta na medida do possível; de conseguir comprar bem, quando encontrar uma pechincha, que vale a pena.

Com a sistematização, controle e planejamento financeiro, a estabilidade crescente tomará o lugar do desespero, que permitirá a tomada de decisão sobre aquisições e tudo aquilo que a família merece, sem que se torne um problema.

Todos queremos conforto e bem-estar, mas precisamos aprender a gerenciar a vida para desfrutar mais, sem contudo estourar o orçamento. Como essa é uma competência que pode ser aprendida, algumas organizações interessadas na qualidade de vida dos servidores oferecem cursos de gestão financeira – estes impactam diretamente na melhoria da gestão pessoal e, como benefício não menos importante, aumenta o equilíbrio e tranquilidade do servidor, que tem um trabalho importante a desempenhar.

A matemática é implacável e cobra cada centavo devido. O que se pode fazer é aprender, prevenir e planejar a vida. ■

\*Professora universitária e consultora organizacional



## Ilha do Bananal



Pausa para contemplação



Límite com a Tribo



Aguardando autorização

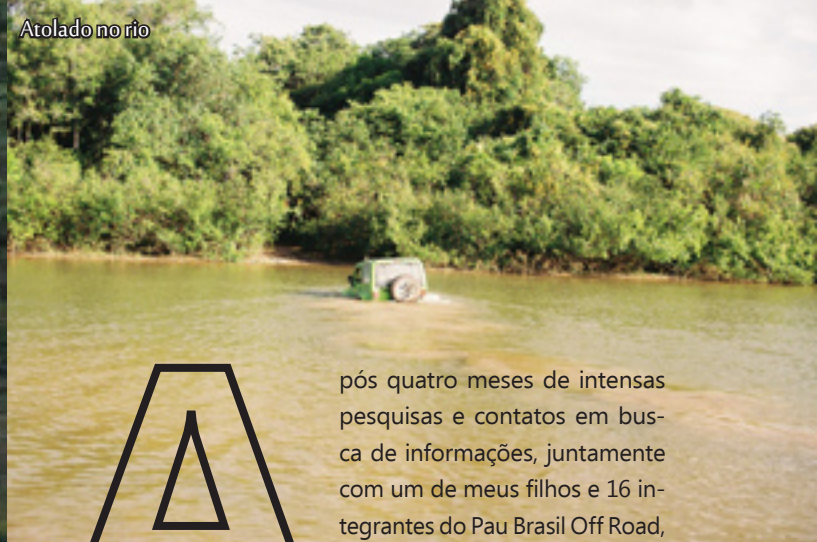


UMA VIAGEM AVENTURA É O QUE OFEREÇO  
NESTA EDIÇÃO. TENTAREI LEVAR ATÉ VOCÊ  
UM POUCO DA BELEZA E MAGNITUDE DA  
MAIOR ILHA FLUVIAL DO MUNDO, COM SUA  
RESERVA INDÍGENA: ILHA DO BANANAL.

▼ EUVALDO SOARES DE PINHO\*



Ocas da tribo Karajás



Atolado no rio

A

pós quatro meses de intensas pesquisas e contatos em busca de informações, juntamente com um de meus filhos e 16 integrantes do Pau Brasil Off Road, saímos em seis veículos 4x4 para conhecer a maior ilha fluvial do mundo, que contempla, em sua

maior parte, uma reserva indígena.

Com previsão de cumprir essa aventura em nove dias, às cinco horas da manhã partimos de Salvador em direção ao Estado do Tocantins. Na primeira noite, pernoitamos em Ibotirama, ainda na Bahia. Após mais um dia de viagem, alcançamos a cidade de Formoso do Araguaia, em Tocantins, onde paramos para dormir. Na manhã seguinte, fomos à aldeia Canoanã para pagar um pedágio que nos autorizou atravessar o rio Javaés e acessar nosso destino: a reserva indígena na Ilha de Bananal.



A canoa furada

Isto foi uma estrada no passado

Cálculos, melhor caminho, conversas, etc., tudo foi discutido até encontrarmos a melhor tática a ser usada para transpor aquele trecho do rio. Com adrenalina à flor da pele, ficamos todos à margem do rio que cerca a aldeia enquanto um dos nossos jipes se preparava para atravessá-lo. Foi quando, para nossa surpresa... da outra margem, atravessou, sem maiores dificuldades, um carro bem simples. O motorista sem cerimônia sabia o caminho das pedras, e o ensinou a nós. Estávamos na Ilha do Bananal.

Em outra época, essa travessia não seria possível, em virtude da distância e profundidade do rio a serem transpostas, razão pela qual todo estudo para realizar aventuras Off Road é de extrema importância, assim como alguns itens, como GPS e repelentes. Confesso que, graças aos segundos, conseguimos nos defender dos famosos mosquitos "pólvora", insetos típicos dessa região e que provocam queimaduras com uma simples picada.

Em áreas de mata e com muita lama, os guinchos são outro item de grande importância "na bagagem" de uma expedição. Toda vez que um de nossos veículos atolava, essas ferramentas nos ajudavam. Era um alívio! Dessa forma conseguimos atravessar três grandes rios e as erosões, com a cautela necessária para evitar a aproximação dos jacarés e piranhas.

Após a difícil travessia de um desses rios, encontramos um índio, deitado ao lado de sua moto quebrada e a quem solidariamente demos carona, até que, no começo da noite, nos encontramos com dois outros índios que pilotavam suas motos à procura do amigo. Um deles era o guerreiro Iuraro, cacique da tribo dos Karajás. Grato pela nossa simples atitude, ele nos guiou até a margem do rio Araguaia. Foi lá que pegamos a única balsa que nos levaria até São Félix do Araguaia, no Mato Grosso.

O cansaço era evidente, e o calor, insuportável. Em São Félix, dormimos em uma pequena pousada, e o ar condicionado ajudava a amenizar a alta temperatura da região.

Na manhã seguinte, descansados, após um café da manhã reforçado, continuamos a aventura a bordo de cinco "voadeiras", barcos leves de alumínio com motor de popa, alugadas por nosso grupo. Percorremos grande parte do rio Araguaia para conhecer a exuberante fauna e flora regional. Inúmeras garças e tuiuiús enfeitavam a paisagem sob a intensa vigília de jacarés e piranhas do papo amarelo.

Pausa para um descanso. Na manhã seguinte, seguimos em direção ao rio Mureré. O plano era pescar e comer um delicioso Tucunaré, mas, infelizmente, ao trilharmos um caminho, que um dia foi estrada, com muita lama e água, dois dos nossos veículos tiveram



Apreciando a natureza



© perigo mora embaixo d'água



Acampados na beira do rio



Primeiro contato com nossos irmãos



Chegada a São Félix do Araguaia



Todo cuidado é pouco



problemas mecânicos. Ponto para os Tucanáres!

Retornamos frustrados para São Félix. No dia seguinte, enquanto os carros eram consertados, fizemos uma visita muito prazerosa à residência de Dom Pedro Casaldágua, bispo emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia. Conhecemos a capelinha de Casaldágua e compramos algumas de suas obras literárias, ocasião em que recebemos a bênção dele para o restante da expedição.

Pegamos de novo a balsa que nos levaria de volta à Ilha do Bananal, onde, na aldeia dos carajás, compramos artesanatos feitos de penas e detalhes de couro, coloridos com tintas extraídas de folhas e raízes. Tintas com as quais fomos pintados pelas índias.

Ainda demonstrando sua gratidão por termos ajudado o índio que estava caído junto com a moto, o cacique Iuraro nos concedeu autorização para cruzar a reserva indígena em direção à Lagoa da Confusão, cedendo-nos um guia para acompanhar o grupo na trilha. De maneira bastante humilde, Iuraro nos pediu permissão para que o filho dele, Naku, participasse conosco, pela primeira vez, de uma expedição de Off Road. O que aceitamos com muita alegria!

Entendemos que a presença de Naku era um "passaporte valiosíssimo". Com ele teríamos acesso a toda a reserva indígena, tendo em vista ser muito respeitado na comunidade indígena o guerreiro Iuraro.

Após a aldeia dos carajás, passamos pela aldeia de Santa Isabel, por algumas lagoas e chegamos à tarde no Tarumã, um rio de médias proporções às margens do qual montamos acampamento para passar a noite. O cansaço foi batendo, e fomos nos recolhendo para as barracas.

Por volta das cinco horas da manhã, acordamos, apagamos as fogueiras e recolhemos todo o lixo. Era hora de zarpar e enfrentar mais uma travessia. Na trilha ficamos parados um bom tempo para documentar um ninho de tuiuiús em um tronco queimado de uma árvore. Seguindo adiante, alcançamos o fim da reserva indígena, a estrada de terra e o asfalto até a cidade de Gurupi, onde pernoitamos. O dia raiou, pegamos a estrada de volta para Salvador após nos despedirmos, agradecidamente, dos nossos irmãos indígenas, que retornaram de ônibus para São Félix do Araguaia. Com a certeza de que deveríamos continuar a conhecer essa nossa terra amada, o BRASIL, informo que provavelmente, enquanto esta edição estiver alcançando os leitores, estarei em férias "Por Ai...", na Transamazônica, em mais uma expedição. ■

\*Euvaldo Pinho é assessor especial da presidência do TRF da 1.ª Região.

Fotos e legendas do autor

# A gestão do conhecimento integrando o

▼ POR MÁRCIA MAZO SANTOS (DIBIB)  
E MÁRCIO ALBUQUERQUE (SECOR)

O conhecimento organizacional constitui-se em ativo invisível que é acumulado ao longo do tempo, representando o alicerce da história e da cultura de uma instituição. Na grande maioria das organizações públicas brasileiras ainda não se visualiza o incentivo à produção, disseminação e gestão do conhecimento gerado ao longo de sua história.

A informação é um fator determinante para a melhoria de processos, produtos e serviços, tendo valor estratégico nas organizações. As organizações são estruturas sociais feitas de elementos com funções variadas que contribuem para o todo e para a coletividade, que combinam inovação com rotinas institucionalizadas. É um sistema social complexo e adaptativo no qual as pessoas cooperam sistematicamente para alcançar um objetivo comum.

Quando se fala em Gestão da Informação, a referência se dá em relação ao processo que consiste nas atividades de busca, identificação, classificação, processamento, armazenamento e disseminação da informação. Tem como objetivo que a informação chegue à pessoa certa no tempo certo, sendo o insumo básico para a geração de conhecimento, a tomada de decisão e o apoio às decisões estratégicas.

Na sequência da geração da informação, naquelas organizações que alcançaram a importância de catalogação e manutenção de seu acervo informacional, dá-se o processo que é conhecido como Gestão do Conhecimento, onde se implementam as estratégias de desenvolvimento organizacional para mudar, aprimorar ou inovar as práticas e rotinas de trabalho, de modo que o



compartilhamento de informações se torne real e efetivo. É um fator de sobrevivência e de diferencial competitivo, mesmo se tratando do setor público.

O foco da gestão do conhecimento está na aplicação efetiva do que se conhece na organização para assegurar o seu desenvolvimento e sobrevivência; tem a ver com colaborar, compartilhar. O conhecimento baseia-se em dados e informações, mas, ao contrário deles, está sempre ligado a pessoas. Envolve os processos mentais de compreensão, entendimento e aprendizado que, conseqüentemente, se refletem no desempenho delas no âmbito de sua atuação organizacional.

O conhecimento organizacional é vasto, um grande

# PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



problema é encontrar o que se precisa para aquela realidade e aquele determinado cenário. Muita informação e conhecimento importantes ficam dispersos nas organizações, em documentos impressos, em bancos de dados ou mesmo na mente das pessoas, dificultando o acesso e a disseminação em momentos oportunos e, conseqüentemente, a melhoria de processos. O valor desse conhecimento aumenta à medida que ele se torna mais acessível. É comum, hoje, resolver um problema várias vezes, partindo do zero, de várias maneiras, sem padrão ou exemplaridade, desperdiçando esforços pelo não compartilhamento de soluções já criadas dentro de unidades que compõem a mesma estrutura.

Visualiza-se, assim, a gama de temas que são englobados pela Gestão do Conhecimento: gestão de pessoas, gestão por competência, gestão de projetos, gestão de portfólio, melhores práticas, confiança, redes sociais, comunidades de prática, educação corporativa, aprendizagem organizacional, cultura organizacional, gestão de mudanças, banco de talentos, lições aprendidas, inteligência organizacional, capacitação, tecnologia da informação, e todas essas ferramentas dão suporte ao planejamento estratégico.

A Gestão do Conhecimento traz ferramentas úteis para apoiar os 13 objetivos estratégicos constantes do Mapa Estratégico da Justiça Federal da 1.<sup>a</sup> Região.

Para garantir o alinhamento estratégico organizacional são necessárias mudanças significativas na forma de estruturar as tarefas, as ações de trabalho, as atitudes e o comportamento de cada pessoa, que são influenciados pelas funções, pelas responsabilidades e pelos métodos de trabalho que lhes foram designados. Para tanto, é necessário que ocorram, fundamentalmente, mudanças na cultura e na mentalidade dos integrantes da organização, uma nova maneira de ver, pensar e fazer as coisas. Os membros da equipe precisam acreditar, e estar comprometidos com o futuro da instituição.

Quando se encontra o caminho que assegure às pessoas de diferentes áreas saber que tipo de conhecimento existe, onde ele está, de que forma é preservado e, principalmente, quais as possibilidades de esse conhecimento ser disseminado, a organização está mais próxima do alcance de seus resultados. \*Mapa Estratégico da Justiça Federal da 1.<sup>a</sup> Região. ■

\*Mapa Estratégico da Justiça Federal da 1.<sup>a</sup> Região: <http://www.trf1.jus.br/usuario/SECIN/DIGET/PlanejamentoEstrategico/MapasEstrategicos/Mapa%20Estrategico%20-%20Justica%20Federal%20da%201%20Regiao.ppt>.

# O fenômeno bullying

O QUE É E COMO EVITAR ESSE MAL PRESENTE NAS ESCOLAS

RAISSA CAPIBARIBE/MARCELA CORREIA


Um dos temas que vem despertando, cada vez mais, o interesse de profissionais das áreas de educação e saúde, em todo o mundo, é o do *bullying* escolar. O termo designa os comportamentos agressivos e antissociais que ocorrem, principalmente, no ambiente escolar.

A orientadora educacional de colégio em Brasília, Adriana Matos, explica que, apesar de não possuir termo equivalente na língua portuguesa, o *bullying* define-se como "um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento". Insultos, intimidações, apelidos constrangedores, gozações, acusações, atuação de grupos que hostilizam e ridicularizam outros alunos, levando-os à exclusão, além de danos físicos, psicológicos, morais e materiais, são algumas das manifestações do *bullying*.

Por ter um conceito específico e muito bem definido, o *bullying* não se deixa confundir com outras formas de violência. Ele tem a propriedade de causar "traumas" em suas vítimas e envolvidos e pode ser reconhecido em vários outros contextos, além do escolar: nas famílias, nos locais de trabalho (denominado de assédio moral), nos asilos, nas prisões, nos condomínios residenciais, enfim, onde existem relações interpessoais.

As consequências para as "vítimas" desse fenômeno são graves e abrangentes. No âmbito escolar promove o desinteresse pela escola, o déficit de concentração e aprendizagem, a queda do rendimento e a evasão escolar. No âmbito da saúde física e emocional, a baixa da resistência imunológica e da autoestima, o estresse, transtornos psicológicos e a depressão.



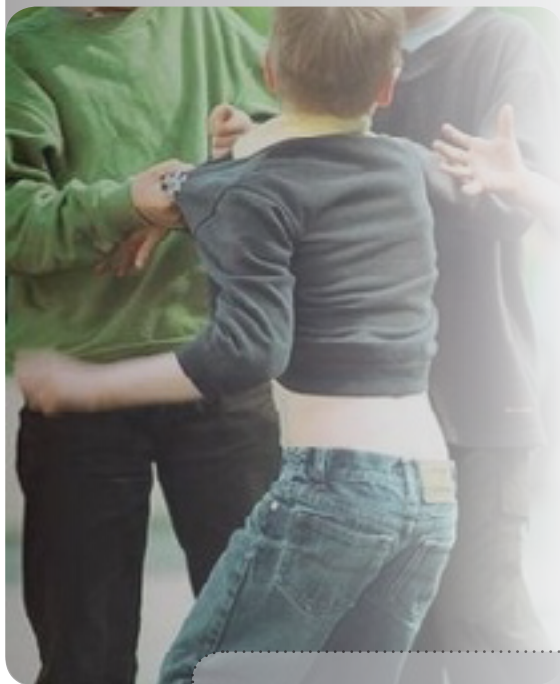


#### AS PRINCIPAIS FORMAS DE MAUS-TRATOS:

- Físicos (bater, chutar, beliscar).
- Verbais (apelidar, xingar, “zoar”).
- Morais (difamar, caluniar, discriminar).
- Sexuais (abusar, assediar, insinuar).
- Psicológicos (intimidar, ameaçar, perseguir).
- Materiais (furtar, roubar, destroçar pertences).
- Virtuais (“zoar”, discriminar, difamar, por meio da internet e do celular).

## SINAIS DE QUE SEU FILHO É VÍTIMA DE BULLYING:

- Apresenta com frequência desculpas para faltar às aulas ou, antes de ir à escola, indisposições como dores de cabeça, de estômago, diarreias e vômitos.
- Pede para mudar de sala ou de escola, sem apresentar motivos convincentes.
- Apresenta desmotivação com os estudos, queda do rendimento escolar e dificuldade de concentração e aprendizagem.
- Volta da escola irritado, triste ou machucado, com a roupa ou material sujos ou danificados.
- Apresenta aspecto contrariado, deprimido, aflito, ou tem medo de voltar sozinho da escola.
- Possui dificuldades de relacionar-se com os colegas e fazer amizades.
- Vive isolado em seu mundo e não quer contato com outras pessoas que não façam parte da família.



INTERNET

## O QUE FAZER SE O SEU FILHO É VÍTIMA:

- Estimule para que fale sobre o seu dia a dia na escola.
- Não culpe a criança pelo ocorrido.
- Valorize os aspectos positivos da criança e converse sobre suas dificuldades pessoais e escolares.
- Procure ajuda psicológica e de profissionais especializados.

Para os “agressores”, ocorre o distanciamento e a falta de adaptação aos objetivos escolares, a supervalorização da violência como forma de obtenção de poder, o desenvolvimento de habilidades para futuras condutas delituosas, além da projeção de condutas violentas na vida adulta. Para os “espectadores”, a maioria dos alunos, o sentimento de insegurança, ansiedade, medo e estresse, comprometendo o seu processo socioeducacional.

Segundo Adriana, um trabalho feito no colégio, envolvendo pais, alunos e professores, com a realização de palestras, alertou sobre os perigos e as conseqüências desse tipo de violência. A orientadora disse que a escola tem o papel de fortalecer as vítimas, além de informar e conscientizar os pais de seu papel nesse processo. “É importante que os pais tenham um diálogo franco com os filhos e não menosprezem as queixas e reclamações”, explica.

No Brasil, uma pesquisa feita em 2010 pelo CEATS/FIA (Centro de Empreendedorismo e Administração em Terceiro Setor da Fundação Instituto de Administração) e pela ONG Plan, com 5.168 estudantes alunos de escolas públicas e

## SINAIS DE QUE SEU FILHO PRÁTICA BULLYING:

- Apresenta distanciamento e falta de adaptação aos objetivos escolares.
- Volta da escola com ar de superioridade.
- Apresenta aspecto e/ou atitudes irritadiças, mostrando-se intolerante frente a qualquer situação.
- Costuma resolver seus problemas, valendo-se da sua força física e/ou psicológica.
- Apresenta atitude hostil, desafiante e agressiva com os irmãos e pais.
- Porta objetos ou dinheiro sem justificar sua origem.
- Apresenta habilidades de se esquivar de “situações difíceis”.

particulares, revelou que a manifestação de *bullying* é comum nas escolas brasileiras: 70% dos entrevistados disseram ter presenciado cenas de agressão entre colegas, sendo que 17% vivenciaram, de fato, a prática da violência. No levantamento por região, o Sudeste e o Centro-Oeste apresentam os maiores índices de *bullying*: 14% e 13%, respectivamente, contra 10% no Sul e 7% no Norte e no Nordeste. As três cidades brasileiras com maior incidência dessa prática são Brasília, Belo Horizonte e Curitiba.

Além de afetar moralmente as vítimas, os atos de *bullying* ferem princípios constitucionais – respeito à dignidade da pessoa humana – e ferem o Código Civil, que determina que todo ato ilícito que cause dano a outrem gera o dever de indenizar. O responsável pelo ato pode também ser enquadrado no Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista que as escolas prestam serviço aos consumidores e são responsáveis pelas possíveis práticas que ocorram dentro do estabelecimento de ensino. ■

#### O QUE FAZER SE O SEU FILHO PRÁTICA BULLYING:

- Converse objetivando encontrar os motivos que o levam a agir dessa maneira.
- Reflita sobre o modelo educativo que você está oferecendo ao seu filho.
- Evite bater ou aplicar castigos demasiadamente severos. Isso só poderá promover raiva e ressentimentos.
- Incentive a mudança de atitudes. Um bom começo é pedir desculpas e deixar a vítima em paz.
- Não ignore o fato ou ache desculpas para as suas atitudes. Lembre-se de que com o tempo esse comportamento pode conduzir a uma vida delituosa e infeliz.
- Procure a direção da escola ou ajuda de um profissional especializado.

#### COMO APOIAR A CRIANÇA QUE SOFRE DE BULLYING:

- Peça à criança para lhe contar exatamente o que aconteceu e anote quem esteve envolvido, onde, quando e quantas vezes aconteceu.
- Explique que a situação de intimidação não pode ser mantida em segredo, garantindo que vai ajudá-la a resolver o problema.
- Explique como poderá reduzir as oportunidades de intimidação, dizendo-lhe, por exemplo, que não leve objetos de valor para a escola, que ande sempre em grupo e que evite ficar sozinho nos corredores.
- Encoraje a criança a desenvolver atividades nas quais é mais habilidosa, já que essa é uma forma de aumentar a autoestima.



#### O QUE A ESCOLA PODE FAZER PARA PREVENIR O BULLYING?

- Conscientizar toda a comunidade educativa sobre o problema.
- Proporcionar atividades que trabalhem os sentimentos dos alunos, visando ao resgate da saúde emocional.
- Desenvolver atividades solidárias, esportivas, culturais, manuais, visando a canalizar a agressividade para ações proativas;
- Ensinar os alunos a conviver e respeitar as diferenças;
- Desenvolver a educação em valores humanos, como a tolerância e a solidariedade, caminhos da paz.



Fonte de Netuno  
Madrid – Espanha



Palácio Real  
Madrid – Espanha

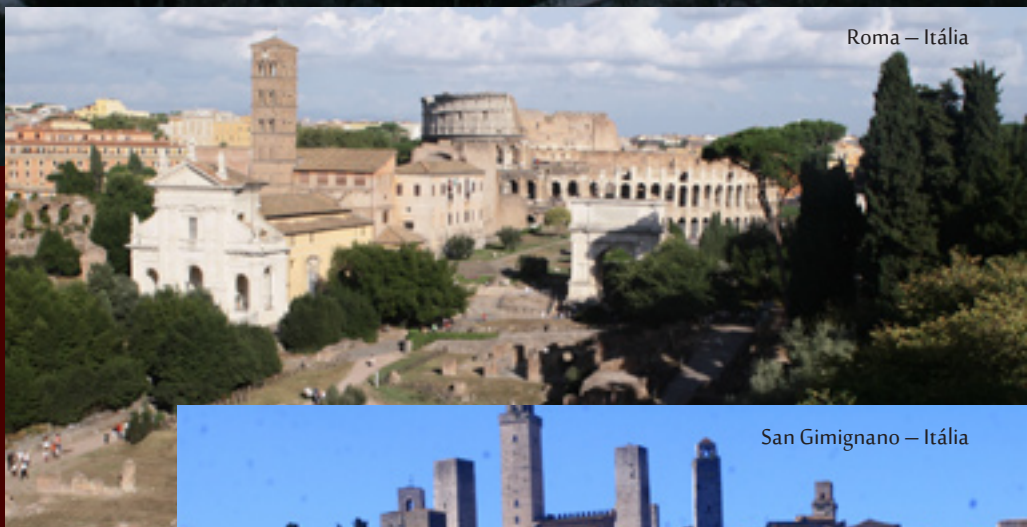


Palácio da Música  
Barcelona – Espanha

# OLHAR SOB LENTE



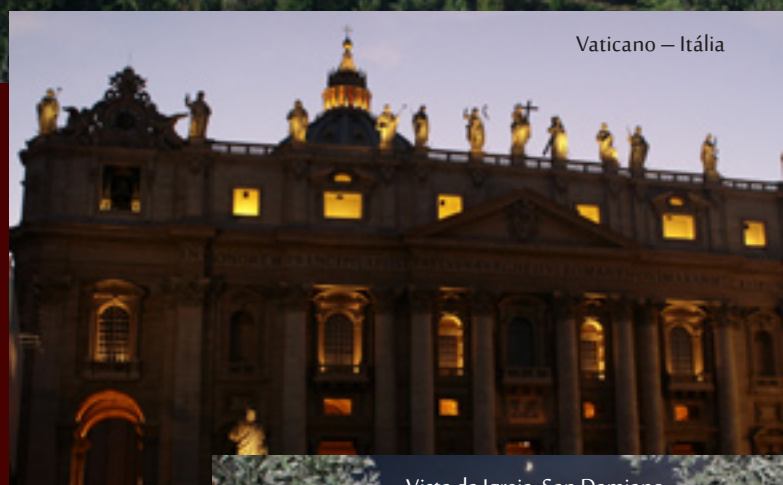
Roma – Itália



San Gimignano – Itália



Vaticano – Itália

Vista da Igreja San Damiano  
Assisi – Itália

#### ADRIANA DE CASTRO

Mauro Túlio Putini fotografa profissionalmente há cinco anos e utiliza câmeras digital e analógica. Mauro, que é servidor do TRF/ 1.<sup>a</sup> Região, há 22 anos, revelou que o fascínio por fotos vem de uma antiga máquina fotográfica de seu pai e que com o estímulo dos amigos fotógrafos descobriu o prazer de fotografar. Por essa razão, faz o registro de todas as suas viagens e já expôs em diversos espaços culturais de Brasília, presenteando servidores e visitantes do Tribunal com três exposições. Para Mauro as imagens não servem somente para mostrar belas paisagens e imagens, mas para promover a consciência ecológica nas pessoas e a importância de preservar. Na Primeira Região em Revista é a segunda vez que Putini enfeita a editoria “Feito com Arte” com seu trabalho. Confira!

Contato com o artista pelo *e-mail* [mauro.putini@trf1.jus.br](mailto:mauro.putini@trf1.jus.br). ■



## Alfaiates, vinho e a Justiça Federal

Há algum tempo, questionava-me quanto à exequibilidade de sistemas organizacionais autotransformarem-se. Encontrei mais pessoas que defendiam a impossibilidade do que a possibilidade. Hoje, parece-me estar havendo um crescimento da corrente do possível, mesmo que ainda sob luta.

Na Justiça Federal, vejo e encontro, cada vez mais, práticas que corroboram com o que a literatura nos vem apresentando. Há movimentos dos quais se podem retirar indícios de mudança, não somente no *modus operandi*, mas, principalmente, na cultura judiciária.

É comum, em conversa informal, tanto com magistrados, como com servidores, colher interesses em temas como “cidadão como cliente”, “inovar é preciso” ou “em busca de processos (rotinas) mais céleres e eficientes”.

Análises de gestores, magistrados ou não, buscando rearranjar suas unidades de forma a melhor atender aos reclamos da sociedade, assim como novas iniciativas relacionadas à capacitação e ao treinamento da nossa força de julgamento e apoio, reforçam a caracterização de um sistema diferenciado e mais legítimo.

A Bíblia recomenda a não se misturar tecidos e vinhos velhos com novos. Os fatos que têm chegado ao meu conhecimento vêm revelando alfaiates e vinicultores construindo um novo Judiciário. Desde a transferência de estímulo às pessoas para um agir criativo até a construção de soluções coletivas, onde, com liberdade e aceitação dos erros decorrentes da busca pela inovação, tem-se colhido motivação, alegria no trabalho, produtividade e resultados

quantitativamente mensuráveis.

Na força de trabalho que lota as unidades da Justiça Federal reside um potencial empreendedor que aflora sempre que encontra oportunidade.

Durante os momentos em que se acolhem novas informações e se aperfeiçoa o conhecimento, inúmeras possibilidades de “roupas” e “vinhos novos” apresentam-se.

Quando dos trabalhos referentes à meta do Poder Judiciário de número cinco, bem como à segunda jornada do JEF, ambos relativos a 2010 e ao aprimoramento das rotinas de trabalho, percebeu-se que, longe de destruir os tecidos ou de envinagrar o vinho, parece estar o sistema mais próximo de sua reconstituição, o qual, por ser social, é humano e, por isso, vivo e em eterna mutação.

O método importado das iniciativas privadas que hoje também contribui no tempero de muitos produtos e serviços públicos – o gerenciamento de projetos –, ao carregar como core a inovação e transitar horizontalmente em esforços multi e interdisciplinares, pode inclinar a administração burocrática para outra posição tratada por Jan Carlzon como “pirâmide invertida”.

Essa alegoria incita o leitor, na obra “A hora da verdade”, a perceber a linha de frente ser apoiada pela retaguarda estratégica. Se transmudássemos para a realidade da Justiça Federal, poderíamos tê-la representada, por exemplo, pelas experiências, mutirões ou justiça itinerante, quando temos a alta liderança envidando esforços para que o *front* receba o apoio necessário à vitória. Brindemo-na com roupas e vinhos novos. ■

---

\*Especialista e mestre pela FGV em Gestão Pública, servidor do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.



Inscreva-se e exercite suas habilidades

# Banco de talentos

Diretoria de Recursos Humanos – Direh  
Informações: 3314-1673 / [sesep@trf1.gov.br](mailto:sesep@trf1.gov.br)  
TRF/ 1.ª Região



Praça dos Tribunais Superiores  
SAS, Quadra 2, Bloco A  
CEP: 70095-900  
Brasília - Distrito Federal  
[primeiraregioemrevista@trf1.jus.br](mailto:primeiraregioemrevista@trf1.jus.br)  
[www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)